

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ANA RAFAELA PUPO DE MORAIS

RIQUEZAS DO PASSADO, POTENCIAL DO PRESENTE: O CAMINHO DO
PEABIRU E A MISSÃO JESUÍTICA GUARANI DE NUESTRA SEÑORA DE
ENCARNACIÓN EM ORTIGUEIRA- PR

PONTA GROSSA
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ANA RAFAELA PUPO DE MORAIS

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em Geografia da
Universidade Estadual de Ponta Grossa;
Apresentado para obtenção do título de
Licenciada em Geografia.

Orientadora: Karin Linete Hornes

PONTA GROSSA
2024

FOLHA DE APROVAÇÃO
ATA DE DEFESA

Aos 01 dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, na sala virtual, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as): Karin Linete Hornes (Presidente-Orientador), Antonio Liccardo (membro) e Cláudia Parellada (membro) para a análise do trabalho de Conclusão de Curso sob o Título “Riquezas do passado, potencial do presente: o Caminho do Peabiru e a redução de Nuestra Señora de Encarnación em Ortigueira- PR ”, elaborado pelo(a) concluinte ANA RAFAELA PUPO DE MORAIS do Curso de Licenciatura em Geografia. Aberta a sessão, o(a) autor(a) teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguida pelos integrantes da banca. Após o procedimento da avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

O trabalho foi considerado aprovado

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

1) Presidente:


Documento assinado digitalmente
KARIN LINETE HORNES
Data: 12/11/2024 14:50:26-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2) Membro 1:


Prof. Dra. Claudia Inês Parellada

3) Membro 2:


Documento assinado digitalmente
ANTONIO LICCARDO
Data: 07/11/2024 21:27:46-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ponta Grossa, 01 de novembro de 2024.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, Ana Rafaela Pupo de Moraes, de RG: 148463506, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica.

Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual.

Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada.

Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Licenciatura em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003.

Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes.

Ponta Grossa, 18 de outubro de 2024

Ana Rafaela Pupo de Moraes

Assinatura do Acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer especialmente a minha mãe por todo o apoio durante a jornada acadêmica, amor, paciência e zelo. Ela é o pilar mais importante de toda minha vida e espero ser uma mulher tão forte quanto ela.

Agradeço a minha irmã por ouvir meus surtos e desabaços e conseguir me alegrar durante toda essa trajetória. É ela quem retira meus sorrisos mais sinceros durante crises nebulosas.

Agradeço a minha família por estar sempre ao meu lado.

Agradeço ao meu namorado por todo carinho e paciência e por me apoiar em tudo.

Agradeço a todos os (geo)amigos que fiz durante a graduação, sempre levarei vocês em meu coração.

Agradeço ao professor João Paulo Camargo que me fez amar a geografia desde o 8º ano do ensino fundamental e acompanhou toda minha trajetória acadêmica e possui grande importância nessa conquista.

Agradeço à minha orientadora Karin Linete Hornes pelo conhecimento compartilhado, pelo carinho, por acreditar em minhas ideias (mais do eu que mesma) e me incentivar a sempre seguir em frente.

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
(Belchior, 1976)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar e valorizar o patrimônio cultural e geográfico do Caminho do Peabiru e da Missão Jesuítica Guaraní de *Nuestra Señora de Encarnación*, localizados em Ortigueira, Paraná. O estudo revela a importância histórica do Caminho do Peabiru como rota de integração cultural, perpassando o Paraná de leste a oeste, e com diversos caminhos secundários, um deles passando pelo município de enfoque desta pesquisa, Ortigueira. O trabalho buscou levantar como essa rota era utilizada pelas primeiras populações a ocupar o estado do Paraná, e como a partir da vinda europeia ao continente passou a ganhar suas primeiras menções, servindo como rota para implementação das primeiras cidades espanholas no Paraná, e missões jesuíticas construídas ao longo desta rota. Para além disso, buscou-se caracterizar o caminho nos critérios de Patrimônio Cultural Mundial definidos pelo IPHAN. Também, foram reunidas as prospecções da localização da missão jesuítica de Nuestra Señora de Encarnación no município de Ortigueira e do caminho, juntamente com o material arqueológico já coletado, fazendo uma análise de sua importância patrimonial, cultural e histórica. A análise destes elementos em Ortigueira sugere o potencial do município para a valorização de sua identidade local e potenciais para desenvolvimento do turismo cultural. Ao final, foi elaborado um mapa do Caminho do Peabiru no estado do Paraná, juntamente com as missões e cidades espanholas do século XVI, e outro mapa do caminho e missão de *Encarnación* em Ortigueira.

Palavras-chaves: Peabiru. Encarnación. Missões. Patrimônio. Identidade. Ortigueira.

ABSTRACT

This work aims to rescue and value the cultural and geographical heritage of the Peabiru Path and the Jesuit Reduction of Nuestra Señora de Encarnación, located in Ortigueira, Paraná. The study reveals the historical importance of the Peabiru Path as a cultural integration route, crossing Paraná from east to west, with several secondary paths, one of them passing through the municipality focused on in this research, Ortigueira. The work sought to investigate how this route was used by the first populations to occupy the state of Paraná and how, with the arrival of Europeans to the continent, it gained its first mentions, serving as a route for the establishment of the first Spanish cities in Paraná and the Jesuit missions built along this route. Furthermore, the study aimed to classify the path within the criteria of World Cultural Heritage as defined by IPHAN. The research also gathered findings on the location of the Jesuit mission of Nuestra Señora de Encarnación in Ortigueira and of the path, along with the archaeological material already collected, analyzing its cultural, historical, and heritage significance. The analysis of these elements in Ortigueira suggests the county's potential for enhancing its local identity and for cultural tourism development. Finally, a map of the Peabiru Path in the state of Paraná was created, along with the missions and Spanish cities of the 16th century, as well as another map showing the path and the Encarnación mission in Ortigueira.

Key-words: Peabiru. Encarnación. Missions. Heritage. Identity. Ortigueira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa Fitogeográfico do Paraná com a localização das ruínas de <i>Encarnación Maack</i>	14
Figura 02 - Demarcação no Google Earth da possível localização das ruínas 2009.....	14
Figura 03 - Demarcação no Google Earth da possível localização das ruínas 2024.....	15
Figura 04- Tratado de Tordesilhas por diferentes cartógrafos.....	25
Figura 05- Mapa da abrangência espanhola no século XVI.....	30
Figura 06 - Peabiru no Paraná a partir do itinerário de Ulrich Schmidl.....	33
Figura 07 - Mapa de capitanias hereditárias brasileiras no século XVI.....	37
Figura 08 - Mapa do Peabiru na América do Sul.....	38
Figura 09 - Planta típica de uma Missão Jesuítica.....	49
Figura 10 - Esquema das construções da primeira fase.....	51
Figura 11 - Esquema da igreja de São Miguel com povos Chiquitos na Bolívia.....	51
Figura 12 - Casas indígenas nas missões.....	52
Figura 13 - Esquema da igreja da missão de La Candelária na Argentina.....	53
Figura 14 - O Caminho do Peabiru, Reduções e Vilas segundo Parellada (2021)....	58
Figura 15 - Localização aproximada das Reduções segundo Guedes (1994).....	60
Figura 16 - Materiais arqueológicos encontrados em propriedade no Natingui.....	61
Figura 17 - Materiais arqueológicos da Torre de Vigilância da Campina.....	63
Figura 18 - O Caminho do Peabiru em Ortigueira e possíveis localizações de <i>Nuestra Señora de Encarnación</i>	64
Figura 19 - O Caminho do Peabiru no estado do Paraná, missões jesuíticas e cidades espanholas no séc XVI.....	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	11
3. ENTRE CAMINHOS, ROTAS E CIDADES	16
3.1 O caminho do Peabiru pré-colonial.....	18
3.1.2 Exploradores espanhóis e portugueses no Caminho do Peabiru.....	23
4. ENTRE CRUZES E VILAS: REDESCOBRINDO O PEABIRU.....	39
4.1. A Companhia de Jesus.....	39
4.1.2 A chegada da Companhia no continente Americano e o Peabiru.....	41
4.1.3 A Entrada no Guairá.....	43
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
5.1. Características geoarqueológicas de Ortigueira.....	55
5.1.2 <i>Nuestra Señora de Encarnación</i> e o Peabiru em Ortigueira.....	57
5.1.3 O Caminho do Peabiru em Ortigueira como patrimônio imaterial.....	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
7. REFERÊNCIAS.....	77

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento do patrimônio histórico e geográfico permite a construção da memória coletiva e esta proporciona a valorização dos diversos grupos sociais responsáveis pela organização e ordenamento territorial em um dado espaço de tempo, que se manifesta através da cultura e do patrimônio, seja ele Material ou Imaterial.

A valorização da memória coletiva é fundamental para a preservação do patrimônio intangível (IPHAN, 2014) das comunidades, através dela é possível valorizar os diferentes indivíduos permitindo com que os mesmos se reconheçam como parte integrante da construção social de um dado território. Assim a salvaguarda do patrimônio e a disponibilização do conhecimento gerado por esta salvaguarda é fundamental para a valorização dos diferentes sujeitos que compõe uma dada organização social. E para tanto, delimitar geograficamente e temporalmente estes fenômenos históricos geográficos que em dado momento estiveram ativos e influenciaram a dinâmica atual, permitem trazer à tona a evidência viva delimitada geograficamente e desvendadas através das histórias de longa duração da contribuição dos povos originários para a presente cultura.

Neste sentido, os objetivos do presente trabalho de conclusão de curso, foram valorizar o patrimônio e narrativas dos povos originários da América, através da caracterização dos vestígios da antiga rede de Caminhos do Peabiru e da presença da Missão Guarani de *Nuestra Señora de Encarnación* no município de Ortigueira - PR, a fim de verificar se o caminho possui critérios que respondem a categorização do patrimônio definido pelo IPHAN, a partir das normas da convenção de 1972 da UNESCO e como a união da possível presença de uma missão e de um caminho histórico impactam o município de Ortigueira.

O Peabiru via transcontinental com mais de 3.000 km de extensão, feita pelas primeiras populações a povoarem a América, contava com um ramal principal e vias secundárias que se estendiam por grande parte do Paraná, com missões, aldeias e vilas que foram sendo construída ao longo do caminho como base de suporte para expedições em trânsito (Parellada, 2021).

Nuestra Señora de Encarnación, foi fundada durante o período das missões jesuíticas no século XVI, nas proximidades de um dos ramais do Caminho do Peabiru que perpassa o município. Esta somatória de elementos evidenciam as potencialidades do município de Ortigueira em relação aos seus aspectos culturais e históricos que pouco são lembrados pela população em geral e que figuram como símbolo identitário importante para a memória do paranaense

O presente trabalho possibilitou evidenciar parte do ramal do Peabiru em Ortigueira e a elaboração de um mapa, bem como a definição dos povos que circulavam nesta via, permitindo a caracterização geográfica do caminho em Ortigueira e por conseguinte no Paraná. A pesquisa também contribui para mais informações acerca da missão de *Encarnación* e sua localização em Ortigueira e possíveis relações com a rota milenar.

Para a realização do presente trabalho foi elaborado um levantamento bibliográfico apoiado nas referências dos séculos XVI e XVII em conjunto com novos trabalhos científicos de descobertas arqueológicas mais atuais, o que permitiu estimar as prováveis rotas.

O motivo da escolha do município de Ortigueira ocorreu devido a pesquisa já iniciada na Iniciação Científica que tratou do Caminho do Peabiru e seus ramais no estado do Paraná e sua relação com as missões jesuíticas-indígenas; e também as necessidades apresentadas pelo município na figura do Padre Mário Valcamonica, que administra a Casa da Criança de Ortigueira, e de Roni Miranda, secretário da Educação do município; ambos apontam a necessidade de se abordar os aspectos históricos geográficos do município desconhecidos pela população. Sugerem também a aproximação da academia a comunidades bem como da pesquisa e da extensão para que esta proporcione a incentivação das crianças do lar e demais munícipes da importância de se reconhecer o patrimônio e mais ainda de promover educação. Para além disso a pesquisa preponderantemente se dedicou à valorização do patrimônio imemorial dos povos originários, pois trouxe em evidência o Caminho do Peabiru, e de sua importância para os povos tradicionais, visto que existe uma carência grande de símbolos que remetem a estes povos em prol do engajamento de seu passado.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte forma: na metodologia será apresentado como foi feita a caracterização histórica e geográfica do caminho e

da missão; o terceiro capítulo irá centrar-se em como esta via foi delimitada a partir dos relatos históricos escritos, tendo em mente que os povos nativos transmitiam seus conhecimentos oralmente, logo, o Peabiru tem seus contornos revelados a partir da colonização do continente e missões jesuíticas, pois é a partir de cartas e documentos desta época que sabe-se da existência do caminho. Também será explorada a relação do caminho com a colonização do território, que só foi possível pela existência destas rotas e por consequência com a ajuda dos povos nativos que detinham o conhecimento sobre como transitar por estas trilhas. No quarto capítulo serão abordadas a colonização do território do Guairá, denominação dada ao Paraná pelos espanhóis, e a criação e vinda da Companhia de Jesus paga pela Coroa espanhola para a América, para a instalação das reduções no território, sob comando do padre Antonio Ruiz de Montoya e exploradas suas relações com o Peabiru.

Por fim, nas conclusões finais serão apresentadas evidências da missão de *Encarnación* no município de Ortigueira demonstrando as potencialidades destes dois elementos a fim de discutir o Peabiru sob a ótica de patrimônio enquanto simbolismo identitário relevante indígena, visto que o município conta com uma Terra Indígena homologada em seus limites, o que pode contribuir com estas populações, assim como estes potenciais podem beneficiar o município por meio da educação, apreendendo parte da história profunda pouco visitada e cultural pela associação entre o Peabiru e a missão dentro da história local.

2. METODOLOGIA

Para que fosse possível cumprir com a lista de objetivos, deu-se início a realização do levantamento bibliográfico acerca do Caminho do Peabiru e da Missão Jesuítica Guarani de *Nuestra Señora de Encarnación*; assim foi necessário analisar diferentes autores por meio de artigos científicos, dissertações, teses e livros que tratassem do caminho em seu recorte geral, no Brasil e posteriormente no Paraná, e das missões jesuíticas.

Para levantamento acerca do Peabiru buscou-se de fontes históricas, providas do período da “colonização” espanhola e portuguesa, assim foram utilizadas as cartas do Padre Manoel de Nóbrega (1560) e Antonio Ruiz de Montoya (1639). Estas cartas serviram como aparato histórico constituindo-se dos relatos primordiais sobre o caminho. Posteriormente, deu-se seguimento aos levantamentos

realizados pelo geocientista Reinhard Maack (2012). O naturalista realizou uma descrição das características históricas e geográficas do caminho, entre 1933 e 1934 enquanto esteve no Paraná. Sua descrição se baseou nos dados levantados pela expedição de Ulrich Schmidl em 1552. As informações descritas no mapa foram comparadas e acrescidas com as de Rosana Bond (2004), que tratou das vias secundárias do Peabiru, trazendo informações a partir da expedição de Aleixo Garcia em 1522. O trabalho de Chmyz e Sauner (1971), também contribuiu com informações a partir do mapeamento das descobertas do caminho no município de Ubitatã - PR. Os autores determinaram os ramais no município e definiram a direção SO-NE como predominante para o mesmo. A dissertação de Martoni (2005), contribuiu com o levantamento de partes dos ramais do caminho e do tronco principal. A tese da arqueóloga Parellada (2005), serviu como alicerce para o levantamento das primeiras populações a utilizar o caminho, assim como seus remanescentes no Vale do Ribeira, levantados também por Chmyz (1999). Em sequência, o artigo de Parellada (2021), trouxe informações a respeito dos possíveis usos do Peabiru durante o tempo por diferentes etnias, e como missões, vilas e aldeamentos configuraram-se seus suportes ao longo da rota; Colavite e Barros (2009) para informações como traduções da palavra Peabiru, e extensão do caminho, e uso de geoprocessamento aplicado ao Peabiru.

De posse destas informações, a pesquisa buscou descrever como eram as moradias e modo de viver das principais tradições a utilizar-se do caminho, os povos Jês Meridionais e Guaranis, por meio de Noelli (2000); Parellada (2024) e Prous (1997). Afim de poder comparar os achados arqueológicos com a rota do Peabiru.

Posteriormente ao levantamento do caminho e caracterização geográfica no Paraná, deu-se prosseguimento nos levantamentos em relação à “colonização” da América, buscando estabelecer as frentes de colonização tanto espanhola quanto portuguesa até o século XVI, para que se pudesse introduzir as relações entre a colonização e quando surgem os primeiros relatos do caminho por meio dos seguintes autores: Chaunu (1996), Bueno, Faerman, Persson (1997), Bueno (1998), Tapajós (1968).

Após isso, iniciaram-se as leituras em relação a colonização do Guairá através dos apontamentos de Parellada (2018), Schallenberger (1997) e Vieira (1995). Com estas informações postas, deu-se início as pesquisas em relação à Companhia de Jesus e seu surgimento na Europa por intermédio de Sabeh (2015) e

Palacios (2018), em consequente, foi levantado a sua chegada na América e instalação de missões no Guairá e o funcionamento das missões, por meio de Parellada (2018), Chmyz (2000), Montoya (1985), Nóbrega (1560), Oliveira (2003), Palacios e Zoffoli (1990) e Parellada (1995).

Após coletar estas informações gerais sobre as reduções no Guairá, buscou-se a coleta de dados específicos sobre a missão de *Nuestra Señora de Encarnación* por meio de Lozano (1754); Pastells (1912); Maack (1950); Montoya (1985); Guedes (1994); Schallenberger (1997) e Oliveira (2003).

Ao término deste levantamento, a partir do mapa elaborado por Maack (1950) com a localização das ruínas de *Nuestra Señora de Encarnación*, foram realizados os cálculos para conversão da escala gráfica em quilômetros para que fosse possível a prospecção da localização aproximada de onde possivelmente estariam as ruínas no Distrito de Natingui. Comparando também com os rios e estradas detalhados por Maack (1950) (Figura 01 - Mapa Fitogeográfico do Paraná com a localização das ruínas de *Encarnación*). Em conjunto, foi elaborada uma proposta de demarcação da localidade para a realização de um campo. A atividade utilizou o *software Google Earth* comparando com o mapa de 1950, demarcando em amarelo o Distrito de Natingui e o rio Barra Grande, e um polígono com a área aproximada das ruínas. Foram geradas duas figuras, uma imagem de satélite de 2009 antes da construção da Usina Hidrelétrica de Mauá (figura 02 - Demarcação no Google Earth da possível localização das ruínas 2009). E outra figura com imagens de satélite de 2024, após a construção da usina (Figura 03 - Demarcação no Google Earth da possível localização das ruínas 2024).

Figura 01 - Mapa Fitogeográfico do Paraná com a localização das ruínas de *Encarnación* (1950).



Fonte: Maack, R. **Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Paranaense Curitiba, 1950. Escala 1:750.000.

Figura 02 - Demarcação no Google Earth da possível localização das ruínas 2009.



Fonte: A autora (2024).

Figura 03 - Demarcação no Google Earth da possível localização das ruínas 2024.



Fonte: A Autora (2024).

De posse das informações procedeu-se às atividades de campo na data de 04 de setembro de 2024. Para coletar informações junto à comunidade local, sobre a missão ou materiais arqueológicos que tivessem sido encontrados pelos moradores. O esposo da moradora de uma propriedade local informou que a mesma havia encontrado materiais arqueológicos no terreno da residência, porém que ela não estava presente e mais tarde as fotos dos objetos seriam enviadas ao padre Mário Valcamonica (Figura 16 - materiais arqueológicos encontrados na propriedade no Natingui, p.62). Destaca-se que não foi realizada nenhuma prospecção por não ser este objetivo do trabalho bem como pela falta de profissionais aptos e com a licença para tal atividade.

Em posse de todos esses dados, iniciaram-se as discussões sobre patrimônio, a partir das definições do IPHAN (2008) de Patrimônio Mundial Cultural a partir das normas da UNESCO de 1972, buscando caracterizar o Peabiru nas definições de Patrimônio Mundial Cultural. Somado a isso, foram utilizados desta mesma cartilha suas definições de Itinerários Culturais que são tombados como Patrimônio Mundial, nesse sentido, rotas que permitiram o intercâmbio cultural entre diferentes povos durante determinado tempo, que se assemelham com o Peabiru na América Latina, como o caso das rotas Incas Qhapac Ñan. Após isso, foram

comparados todos os critérios utilizados para sua patrimonialização e caracterizar o Peabiru nestes mesmos critérios.

Em consequente, iniciaram-se as leituras acerca da importância de bens patrimonializados, e a elevação levada aos locais e as comunidades onde estes se encontram. Através das autoras Nigro (2005), a partir das discussões de patrimônio cultural e território urbano e as mudanças sociais feitas a partir de bens patrimoniais, e Freitas (2017) por meio de análises de patrimônio cultural enquanto estratégia de desenvolvimento local e elevação da auto-estima das comunidades e sua garantia de sobrevivência ao longo do tempo.

Nos resultados, para a análise da missão Jesuítica Guarani de Nuestra Señora de Encarnación, foram consultados documentos históricos e arqueológicos que indicavam a presença e localização da missão em Ortigueira e mais descrições sobre a mesma, por meio de Guedes (1994), Olivera (2003) Maack (1950) Pastells (1912). A partir desses registros, discutiu-se a importância da missão no contexto das missões jesuíticas e na formação do território, explorando as interações entre indígenas e europeus e como essas relações influenciam a organização espacial e social da região. Para finalizar as discussões em relação a patrimônio, turismo e educação utilizou-se Carvalho e Funari (2009), Ibran (2013) e Murta e Albano (2002).

Por fim, após todo o levantamento de dados a autora elaborou dois mapas, um sobre o Caminho do Peabiru no Paraná, e outro com a presença do caminho e as missões jesuíticas e cidades espanholas que foram fundadas ao longo da rota. Tal empreendimento foi possível com o uso do *software* Qgis 2.18. Ao término foram respondidos os objetivos do presente trabalho.

3. ENTRE CAMINHOS, ROTAS E CIDADES

Toda sociedade se conecta pela geografia dos caminhos. Nenhum território pode ser totalmente isolado. Os caminhos interligam as necessidades sociais e econômicas de um dado momento. Em períodos de paz são abertos, em períodos de guerra são fechados. A história humana está intimamente associada a rotas que remetem ao nomadismo, seja pela ânsia de desbravar novas paisagens ou pela busca da sobrevivência. Todo caminho tem um início e um fim com objetivos subjetivos no tempo e na história.

Caminhos históricos estão intrinsecamente ligados à humanidade, desde os tempos mais remotos para diversos fins. Como o caso dos caminhos de *Santiago de Compostela* que existem há mais de mil anos, presentes no norte da Espanha, que segundo informações da UNESCO (1993) possui grande importância histórica, e desempenhou um papel crucial de trocas culturais entre a Espanha e o restante da Europa. Dentre estes e outros motivos, a rede de caminhos para peregrinações é tombada como Patrimônio da Humanidade desde 1993. Há também o exemplo da Rota do Incenso, que caracterizam-se por caminhos que ligam as cidades de Haluza, Mamshit, Avdat e Shivta, no Deserto do Negev, que segundo a UNESCO (2005) remontam o comércio de especiarias e mirra do sul da Arábia para o Mediterrâneo desde o século III a.C até o século II d.C, com estas rotas tombadas como patrimônio mundial desde 2005.

Nesse sentido, ao analisar o contexto de antigos caminhos no Brasil, Baerlocher (*et al.*, 2023) afirma que Caminho Velho ou Caminho do Ouro no Brasil, foi uma rede de caminhos muito utilizada durante o período da corrida do ouro, no final do século XVII e início do XVIII, que conectava as minas de ouro recém descobertas no interior do país com os portos da costa, principalmente com o Rio de Janeiro e Bahia. Deste modo, o autor (Baerlocher, *et al.*, 2023) evidencia que caminhos históricos foram cruciais no passado, e causam impacto duradouro na economia, no sentido de moldar regiões ao conectando, permitindo a estas continuar a influenciar até os dias atuais. No caso das rotas do ouro Baerlocher (*et al.*, 2023) demonstra que ao analisá-las percebe-se que os adensamentos populacionais estão positivamente ligados a estas rotas, e que os efeitos de aglomeração são provavelmente o principal produto por trás de caminhos históricos.

Baerlocher (*et al.*, 2023) também discute que, no caso das Rotas do Ouro, os caminhos eram cruciais para o transporte de ouro, mercadorias e pessoas entre as regiões mineradoras e os centros urbanos da costa, além de desempenharem um papel importante na expansão da colonização portuguesa para o interior do Brasil. De forma semelhante, ao aprofundar os estudos sobre o Caminho do Peabiru, que será discutido nas próximas seções, percebe-se sua relevância não apenas para as trocas culturais, mas também para o transporte de mercadorias, pessoas e a colonização do que viria a ser o território do Paraná. E, assim como as Rotas do

Ouro, o Caminho do Peabiru também desempenhou um papel crucial para as populações pré-colombianas e teve grande importância durante o Brasil Colônia

A UNESCO possui atualmente 244 caminhos tombados, destes 3 estão no Brasil e no Paraná um.

Existem caminhos cujas funções não se cristalizaram no espaço, pois suas sociedades deixaram de existir, no entanto os mesmos ainda são lembrados, e são percorridos por aqueles que desejam reviver algo, seja nos aspectos relacionados à sua cultura ou à subjetividade particular de cada um. Apesar de não serem mais percorridos com a função que lhes foi concebida, suas bases podem ter fundamentado outras conexões e funções, mas os mesmos ainda guardam a geografia de suas redes de contato onde é possível desvendar através da história e da arqueologia os elos de suas ligações. Estes elos permitem trazer à vida a memória de povos que sucumbiram a um sufocamento, sem direito a escrita, pois suas falas não foram anotadas nos livros dos que ali utilizaram os mesmos caminhos para outras finalidades.

3.1 O caminho do Peabiru pré-colonial

A cidade de Ortigueira em algum momento esteve entre caminhos da história brasileira, e para entender este contexto é necessário voltar no tempo das rotas realizadas a pé. Algumas já não estão demarcadas, mas guardam vestígios dos que passaram um dia por estes locais.

O Peabiru era uma antiga via transcontinental com mais de 3.000 km, utilizada pelos povos tradicionais das Américas, interligando o Brasil a demais territórios da América do Sul. Com a descrição de levantamentos arqueológicos, históricos e geográficos é possível caracterizar o caminho no Brasil, através de achados e dos relatos dos primeiros exploradores que vieram às Américas.

Segundo Parellada (2021) o termo Peabiru é de origem Tupi-Guarani que dentre muitos significados pode ser "grama amassada", como também "Caminho forrado," "Caminho entulhado," "Caminho sem mato, sem ervas," "Caminho brando, suave," "Caminho tortuoso, cheio de voltas," ou "Caminho que leva ao céu, ou às alturas" (Bond, 2004, p.87). Ainda de acordo com Bond (2004), o conquistador Ruy Diaz de Guzmán afirmava que o Peabiru era o "Caminho antigo de ida e de volta" ou que significava "Por aqui corre o caminho antigo", assim como "Caminho da

Montanha do Sol, Caminho de São Tomé, Caminho do Mato, Caminho do Sertão e Caminho Velho” (Casemiro, 2005, apud Colavite; Barros, 2009, p.87). Segundo Parellada (2021) esta via teria inúmeros ramais e foi de extrema importância para o Guairá, atual estado do Paraná durante a conquista do território pelos europeus, pois esta via partia do litoral Atlântico, em São Vicente, passando por “São Paulo e Paraná, depois áreas da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, do Peru, chegando ao oceano Pacífico”.

As primeiras trilhas do caminho, segundo Parellada (2005), podem ter sido abertas pelas populações caçadoras-coletoras à mais de dez mil anos. Uma das possibilidades que auxiliam nesta hipótese está relacionada ao encontro de vários sítios arqueológicos no alto vale do Ribeira destas tradições pretéritas como a Tradição Umbu e Humaitá . O local também sofreu reocupação por tradições mais recentes como Tradição Itararé-Taquara (Parellada, 2005). Chmyz (et al. 1999) afirma que ao longo do Vale do Ribeira os sítios Itararé-Taquara ocorrem associados ao Peabiru, e a disposição dos sítios sugere a interligação entre os povos e por consequência a existência de um caminho muito anterior à expansão Guarani a dois mil anos AP (Antes do Presente) (Chmyz et al. 1999).

Há de se destacar que Peabiru não seria apenas um caminho, mas uma rede de caminhos pré-colonial que foi utilizado por diferentes povos originários, com diversas línguas e culturas, por possibilitar acesso mais rápido entre as aldeias, configurando-se enquanto espaço de sociabilidade (Parellada, 2021).

Dessa forma, as evidências arqueológicas encontradas sobre essa rota milenar, que atribuem a criação do Caminho do Peabiru aos grupos agricultores-ceramistas Jês, surgiram na década de 1970 com as pesquisas de Chmyz e Sauner (1971). Os autores afirmam que no município de Ubatã - PR, são encontrados relictos do antigo caminho na região de mata, mapeados por cerca de 30 km, com orientação SO-NE, associados a sítios arqueológicos deste grupo. De acordo com Chmyz e Sauner (1971) o caminho saía do rio Itu, na direção sudoeste, entrava nos rios Paranapanema e Itararé, seguindo até as cabeceiras do rio Ribeira e Iguape. Tomava direção leste-oeste, corroborando com as informações levantadas por Bond (2004), que este passava pelas cabeceiras dos rios Ivaí, Cantu e médio Piquiri. Rumava margem esquerda do último, adentrando o rio Paraná na altura da

foz do Piquiri. Seguia pela sua margem direita do rio Paraná acompanhando o rio Iguatemi, dobrando posteriormente a noroeste em direção a cabeceira do rio Paraguai. Os autores (Chmyz, Sauner, 1971) ainda levantam outro ramal, que saindo do rio Cantu seguia para o rio Carajás, rumando em direção ao rio Campo Mourão, até sua foz no rio Ivaí.

No que diz respeito aos povos da família linguística Jê, segundo Parellada (2016) as primeiras populações deste grupo surgem no Paraná a aproximadamente 4000 anos e que possivelmente eram as populações atribuídas aos Itararé-Taquara. De acordo com Parellada (2016) os Jês teriam iniciado sua imigração à 3 mil anos advindos de regiões centrais da América do Sul, e os primeiros registros são de sítios próximos ao rio Paraná, entre os vales do Ivaí e Iguaçu, indo em direção a áreas montanhosas dos Campos Gerais, com a Serra do Mar e ainda a planícies costeiras. Os locais escolhidos pelos Itararé-Taquara, foram preferencialmente em planaltos cobertos por campos, associados à floresta subtropical com pinheiros araucária, havendo assentamentos em vales de rios, no litoral e na serra atlântica. Nesses locais, há abrigos em cavernas e estruturas semi-subterrâneas, que apresentam grande diversidade de usos. Além disso, existem áreas que foram reocupadas de antigos sambaquis na costa litorânea de acampamentos Umbu (Parellada, 2016).

No Paraná os Jês assentaram-se a céu aberto, com algumas aldeias nas cristas de morro como as do alto Ribeira (Parellada, 2016), assim como também construíram as casas subterrâneas. Parellada (2016) afirma que a ocupação Itararé se baseia principalmente nesse mosaico de paisagens de relevo montanhoso, com grandes desníveis altimétricos. Ainda segundo Prous (1992), para instalação de casas subterrâneas não havia um ordenamento das casas subterrâneas nas aldeias, pois em vários sítios arqueológicos catalogados elas apresentam-se de diversas maneiras. Noelli (2000) afirma que os assentamentos de casas subterrâneas poderiam conter de 60 a 70 casas.

Segundo Noelli (2000) os Jês do Sul passaram a instalar suas aldeias em locais altos e distantes dos principais rios, devido a expansão Guaraní entre 2.000 e 1.000 AP (Antes do Presente) que os empurraram para terras mais altas e frias.

Ainda de acordo com Noelli (2000) por volta de 700 AP foram expulsos também do litoral por grupos Guaranis passando a ocupar áreas do Planalto sul-Brasileiro.

A outra tradição que de acordo com Parellada (2021) dominava a rede de caminhos do Peabiru eram os Guaranis, que à cerca de 2 mil anos tiveram exponencial expansão na região sul da América, e vários contatos com os grupos dentro da Tradição Itararé-Taquara principalmente conflituosos. Segundo Noelli (2000), os Guaranis formam matriz cultural Tupi, especificamente vinculados aos povos Tupi-guarani.

Noelli (2000) afirmava que a origem destes povos antes de migrar para o sul do Brasil, está relacionada em algum lugar com a bacia dos rios Madeira-Guaporé, no sudoeste da Amazônia. Desta forma, ao avançar seus territórios e assimilar outros povos, os Guaranis como eram povos “radicalmente” prescritivos, ao mudar-se para o sul e assimilar outras pessoas e etnias, não tiveram mudanças culturais significativas (Noelli, 2000, p.248). Ainda sim, é preciso ter em mente que os Guaranis representam diversas populações que tinham em comum a “língua, cultura material, tecnologia, subsistência, padrões adaptativos, organização sociopolítica, religião, mitos, e etc.” (Noelli, 2000, p.248).

Segundo Noelli (2000), o que garantiu essa continuidade de padrões e expansão guaranítica foi a capacidade adaptativa destes grupos a outros locais, e a “plasticidade da organização social, política e do parentesco de um lado e, do outro lado” (Noelli, 2000, p. 248). Assim como o manejo da medicina e matérias primas, o que só foi possível graças às trocas de informações contínuas estabelecidas entre uma aldeia e outra, tanto em nível local quanto regional, até que se expandisse a grandes regiões de falantes Guaranis (Noelli, 2000). Esta troca de informações para fortificação dos Guaranis entre uma aldeia e outra poderia ser facilitada pelo Peabiru, uma vez que a rede de caminhos ligava grandes distâncias e como visto anteriormente era uma via de acesso rápido entre as aldeias (Parellada, 2021).

As aldeias Guaranis eram muito numerosas, segundo Noelli (2000) há relatos de grandes núcleos familiares de 4 a 5 famílias, com assentamentos de aproximadamente 3.000 pessoas, mas a média ficava entre 300 a 600 pessoas por aldeia. Outra informação levantada por Noelli (2000) que explica o sucesso da expansão Guarani e domínio da região sul, era sua tendência a incorporar o outro, o

“não-Guarani”. Fosse por meio de alianças ou de guerras e conquistas, “tendiam a “guaranizar” pessoas de outras etnias, incorporando-as” (Noelli, 2000, p. 249).

Deste modo, após levantar algumas informações sobre as aldeias e vivências das duas tradições que mais utilizavam o caminho, Parellada (2021), afirma que a orientação pelo caminho era feita preferencialmente durante o dia. Para visualização de corredores mais limpos de vegetação, como por meio de “acidentes geográficos e topográficos, tais como cachoeiras, topos de morros, presença de rochas com formas determinadas, cavernas, corredeiras, entre outras variações no relevo” (Parellada, 2021, p. 283).

Segundo a autora (Parellada, 2021), em áreas florestais com a presença de determinadas espécies vegetais, estas serviam como marco da presença de caminhos do Peabiru para guiar os indígenas. Como a presença de palmeiras, pinheiros araucária, erva-mate, pitangueiras e araçás. Posteriormente, com a presença europeia no continente, mais espécies são implementadas no território atreladas ao caminho, como laranjeiras, pessegueiros e marmeleiros. Segundo a autora, estas árvores faziam parte do mosaico ambiental do caminho e serviam para colaborar com a alimentação de seus viajantes (Parellada, 2021)

Parellada (2005), ainda aponta que através dos levantamentos no vale do Ribeira, é possível constatar que o local teve grande movimentação e ocupação, principalmente no período pré-colonial. Através da implementação de casas permanentes e semi-permanentes, pois era corredor de circulação entre o litoral e os campos do Primeiro e Segundo Planalto Paranaenses. Isso em razão da presença do sistema de caminhos do Peabiru, que parecem confirmar essa hipótese, de via capaz de guiar as antigas sociedades pelo território à longas distâncias

Ainda em relação às prospecções arqueológicas modernas, a criação do Peabiru é atribuída também ao Império Inca segundo Bond (2004). Os Incas eram excelentes construtores de estradas as *Qhapac Ñan*. Nesse contexto, funcionários do soberano Inca teriam visitado Santa Catarina, Paraná e São Paulo na tentativa de estabelecer acordos comerciais, criando estradas que se interligariam diretamente com as *Qhapac Ñan* para aprofundar as relações entre esses povos. Bond (2004) apresenta algumas evidências que poderiam comprovar as influências de possíveis trocas culturais entre Incas e Guaranis. Na astronomia, ambos os povos

relacionavam os meses do ano à lua. Na música, os guaranis adotaram a flauta de pã dos andinos. Além disso, há exemplos na linguagem, como a palavra "cui", que significa animal roedor em ambos os idiomas, e "sara", que em guarani significa espiga e em quéchua milho.

Embora essa seja apenas uma das várias linhas de estudos apresentadas por Bond (2004) sobre a criação do caminho, não há qualquer confirmação científica sobre o fato. No entanto, cabe ressaltar que segundo Parellada (2021), o Peabiru ao chegar em Potosí, no Peru, de fato se interliga às estradas Incas, que desde 2014 são reconhecidas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, com cerca de 273 sítios arqueológicos associados já caracterizado.

3.1.2 Exploradores espanhóis e portugueses no Caminho do Peabiru.

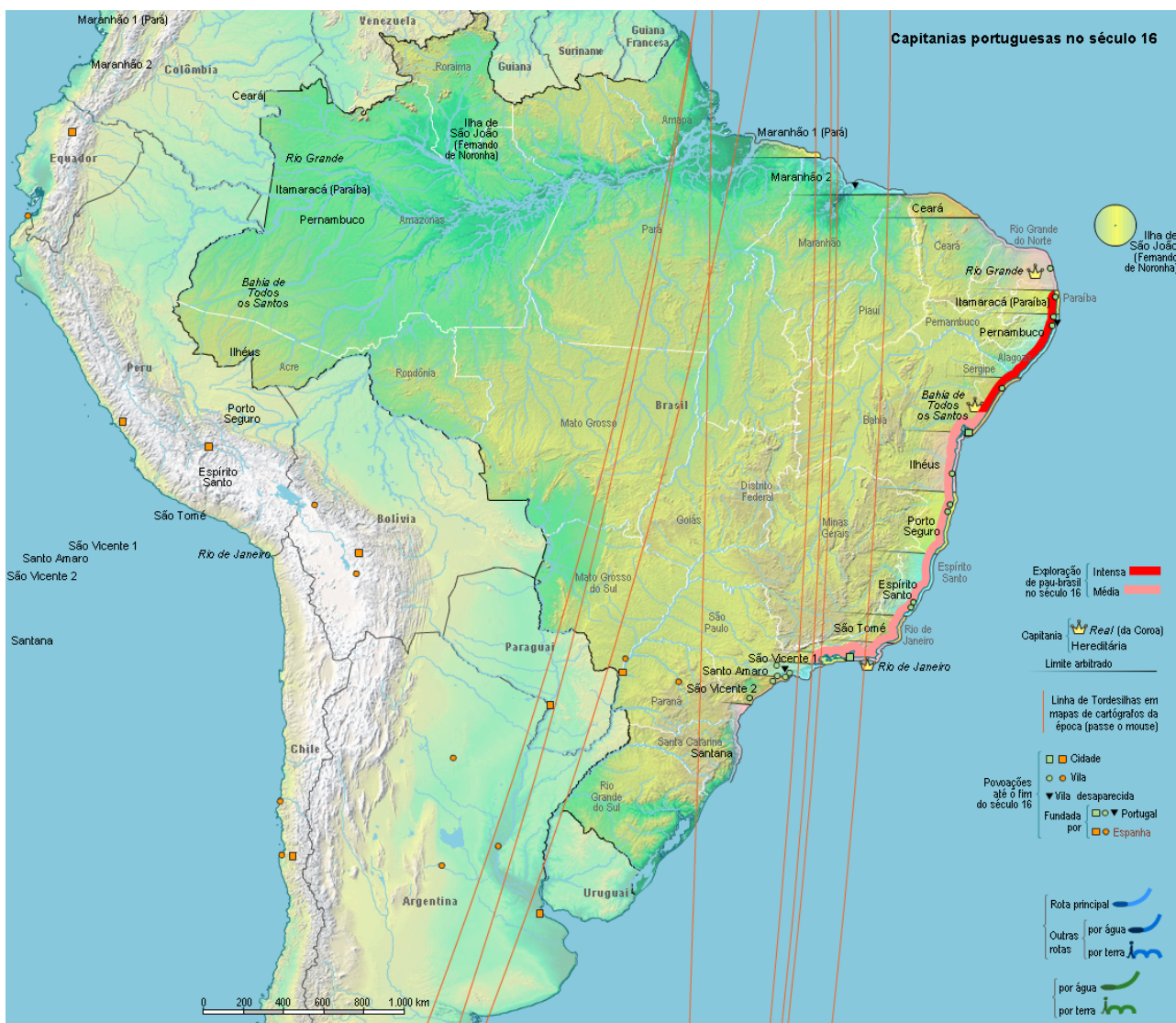
Deste modo, para compreender o contexto histórico e geográfico do Caminho do Peabiru é necessário abordar a “colonização” da América feita por espanhóis e portugueses. Pois é a partir deste momento histórico que são fornecidos os relatos escritos de lendas como *El Dorado*, ou a Montanha de Prata dos Incas que alavancaram as incursões pelo continente como a de Aleixo Garcia, sendo o primeiro europeu a trilhar diretamente uma expedição pelo Peabiru (Parellada, 2021).

A chegada dos europeus no continente Americano marca 1492, com o desembarque de Cristóvão Colombo, em Guanahani, atual Bahamas. Deste período em diante, vários foram os conflitos para definição do território entre portugueses e espanhóis, assim como a corrida para chegar primeiro e demarcar as terras das Américas como suas (Chaunu, 1994). Em 1500, ocorre a chegada de Pedro Álvares Cabral em terras brasileiras, em Porto Seguro, na Bahia, dando início ao processo de colonização portuguesa na costa brasileira, nessa perspectiva chegando mais tarde.

Em um primeiro momento de colonização, a América estava sob pleno domínio espanhol, enquanto que portugueses seguiam uma visão de maior interesse de comércio dos produtos das Índias Ocidentais, sem entusiasmo de explorar o Novo Continente, respeitando o Tratado de Tordesilhas que os delimitava à costa (Chaunu, 1996). O Tratado de Tordesilhas assinado em 1494 segundo Moreira,

Bugallo e Albuquerque (1978) definia que todas as terras “descobertas” que eram pertencentes à Espanha ficavam a 300 léguas do meridiano a Ocidente de Cabo Verde, posteriormente a distância foi reduzida a 200 léguas. Nesse sentido, tudo que fosse “descoberto” por europeus a oriente ficava o direito garantido a Portugal, de mesmo modo, as terras a ocidente da linha do tratado à Espanha. Segundo Parellada (2018), o Tratado de Tordesilhas que dividiu a parte mais ao sul da América entre Espanha e Portugal, tinha incertezas quanto a sua delimitação e domínio de cada país (Figura 04 - Tratado de Tordesilhas por diferentes cartógrafos). Para espanhóis, a linha imaginária que faria essa divisão passaria pela baía de Paranaguá, enquanto que para os portugueses, na altura da atual Laguna. Deste modo, no mapa abaixo para além das capitânicas hereditárias brasileiras, cidades e vilas, são expostas as diferentes linhas do Tratado de Tordesilhas para diferentes cartógrafos, o que ilustra estas incertezas e debates da época quanto a sua localização.

Figura 04 - Tratado de Tordesilhas por diferentes cartógrafos.



Fonte: Atlas Histórico do Brasil. Colônia 1500-1808. Fundação Getúlio Vargas. 2023. Disponível em: [Capitanias portuguesas no século 16 | Atlas Histórico do Brasil - FGV](#). Acesso em: 23 de jul 2024.

Apontados os limites aproximados e frágeis da dominância de cada país nas Américas, foram várias as expedições que seguiram-se com a intenção de colonização e exploração de recursos. As frentes de colonização espanhola são divididas em 4 fases segundo Tapajós (1968). A primeira, entre 1492 a 1508, é restringida à ilha espanhola com a chegada de Colombo, na atual Bahamas. A segunda, entre 1508 a 1513, a “colonização” chega às Grandes Antilhas, continente adentro na região do Panamá. A terceira, entre 1513 a 1535, seguiram ao norte, chegando ao México e posteriormente ao sul, no Peru. E por fim a quarta, de 1521

em diante, os colonos saídos do México conquistaram o sul do atual Estados Unidos, os outros saídos do Peru penetraram o Rio Amazonas, chegando ao Atlântico, conquistaram também o Chile, e com novas expedições vindas da Europa, procuraram o Rio da Prata, ganharam o Paraguai e depois fundaram Buenos Aires (Tapajós, 1968).

Segundo Chaunu (1996) as expedições para o México começaram efetivamente em meados de 1519. Os espanhóis enviaram uma série de expedições continente adentro, começando pela costa mexicana, levados por um sentimento de insatisfação. Primeiro, por não conseguirem manter suas plantações com a mão de obra indígena, em razão do grande número de mortes nas populações pelas das doenças trazidas da Europa. E segundo, por não encontrarem as riquezas que tanto procuravam. Partem nestas expedições, a fim também de angariar novas almas cristãs católicas, dada a crise que a Igreja de Roma vinha enfrentando na Europa (Chaunu, 1996). Ao chegar ao México sob comando de Hernán Cortés, encontram o Império Asteca, ao qual investiram com força mais de uma vez (Tapajós, 1968). A última expedição contou com cerca de 600 soldados, nem todos espanhóis, incluindo cerca de 200 indígenas, portando 100 canhões, 200 cavalos e dois intérpretes. Para além disso, apoiados em uma maior técnica com armas de fogo, o que produziu grande terror na população (Chaunu, 1996), torturando o líder Asteca Cuauhtémoc em um leito de brasas (Tapajós, 1968).

A partir desta investida contra o império Asteca é que o metal mais cobiçado pelos europeus é encontrado em grande quantidade, o ouro. Deste momento em diante as histórias sobre ouro e riquezas encontrados na América, espalham-se cada vez mais entre os europeus. Esta busca pelo ouro das grandes populações nativas tornam-se mais frenéticas principalmente a partir da expedição realizada por João Lisboa e Estevão Fróis em 1514 pela coroa portuguesa em paralelo a estes fatos (Bueno, 1998), expedição esta que será melhor esclarecida a seguir. Os colonizadores espanhóis partem incansavelmente em novas expedições em busca do ouro das Sete Cidades ou El Dourado, de maneira implacável e violenta aos povos nativos, nas palavras de Chaunu (1996, p. 22) “o mesmo sonho heróico e brutal”. Seguem direção sul, até chegar onde seria Nueva Castilla, nas proximidades da Colômbia e Peru, e lá se deparam com outras grandes sociedades, os povos

Chibcha e o Império Inca, do qual o último, detinham muito ouro, o que à algum tempo aguçava as buscas dos europeus. Neste momento, surgem figuras históricas liderando as expedições como Francisco Pizarro, impulsionado pelos relatos de que nestas terras riquíssimas ao sul encontrava-se o *El Dorado* (Tapajós, 1968). Ao se deparar com Incas e Chibcha, via um “Estado a ser conquistado, e uma cultura a ser assimilada” (Chaunu, 1996, p.22).

Concomitantemente, o espanhol Aleixo Garcia, interessado em uma expedição em busca de terras com metais valiosos, após anos vivendo como náufrago no Brasil, junto a outros expedicionários europeus que compartilhavam essa condição na costa brasileira, e conviviam com indígenas locais e aprendendo sobre estas terras, descobriram uma rota que supostamente levaria ao Império Inca conhecido por suas reservas de ouro e prata. Deste modo, à medida que a colonização avança, a sede por riquezas se espalha. A primeira expedição realizada por europeus a percorrer efetivamente o Caminho do Peabiru, ou Caminho Sagrado, com certo sucesso, foi realizada por Aleixo Garcia rumo aos Andes em 1522, junto com Henrique Montes e Francisco Pacheco (Bond, 2004) Os dois últimos, seriam náufragos de uma expedição portuguesa anterior que fracassou, e foram os primeiros a receberem os conhecimentos dos nativos sobre esta via terrestre que chegaria a Potosí.

Embora os relatos escritos do expedicionário tenham se perdido ao longo do tempo, as lembranças da expedição de Aleixo Garcia sobreviveram na memória de seus companheiros náufragos. Sendo reproduzidas por Luiz Ramirez, em uma carta de 1528, dizendo que Aleixo Garcia seria o primeiro a chegar à Potosí por meio do Peabiru (Bond, 2004).

A partir do itinerário de Aleixo Garcia, realizando um levantamento dos locais por onde passa o Peabiru, sua expedição teria partido de Barra Velha em Santa Catarina, e penetrado o interior do estado pela foz do rio Itapocu. Bond (2004) afirma que a comitiva passou pela serra catarinense, e pelos municípios Jaguará do Sul, Corupá e São Bento do Sul. Após isso, adentraram um rio que os indígenas chamavam de Iguaçu, ingressando no atual estado do Paraná.

A partir disso é possível delimitar os primeiros contornos e a localização geográfica do Peabiru no estado. A comitiva passou pelos municípios de Rio Negro,

Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, adentrando o ramal principal do Peabiru em Castro e seguindo para o alto curso do Rio Tibagi (Bond, 2004). Ainda dentro do estado do Paraná, existiria um segundo ramal que viria diretamente de São Paulo, que teria sido utilizado pelos bandeirantes para capturar indígenas e destruir as reduções jesuíticas (Bond, 2004). Este ramal percorreria os municípios de Jardim Olinda, Itaguajé, Paranapoema, Paranacity, Cruzeiro do Sul, Uniflor, Atalaia, Mandaguaçu, Maringá, Floresta, Itambé, Engenheiro Beltrão, Peabiru e Campo Mourão. Ainda de acordo com a autora, a partir do município de Campo Mourão, o caminho teria uma bifurcação que um dos ramos seguiria por Farol, Janiópolis e Goioerê (Bond, 2004). O outro ramo, iria por Luiziana, Nova Cantu, Campina da Lagoa e Ubatuba. A partir de sua passagem pelo rio Tibagi, Aleixo Garcia dentro do estado do Paraná seguiu pelos rios Ivaí e Cantu. Cruzaram o alto do rio Piquiri, em sua margem esquerda em direção oeste, alcançando o rio Paraná, próximo a Guaíra, fronteira com o Paraguai. Esse percurso possivelmente abarcaria os municípios de Tibagi, Reserva, Cândido de Abreu, Boa Ventura de São Roque, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Palmital, Laranjal, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Campo Bonito, Braganey, Iguatu, Corbélia, Anahy, Cafelândia, Nova Aurora, Iracema do Oeste, Jesuítas, Formosa do Oeste, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

Em sequência dos avanços da colonização espanhola, Francisco Pizarro ainda no Panamá em 1529, ouviu falar das riquezas dos Incas, e isso despertou seu interesse em chegar a tais terras, e neste mesmo ano após receber o aval do imperador espanhol, munido de uma capitulação que ordenava que todas as terras e o Império Inca fossem anexadas ao governo espanhol (Chaunu, 1996). Pela localização geográfica do império incaico, e em virtude da cordilheira dos Andes, Pizarro tinha pleno conhecimento da grandeza de sua empreitada, por isso levou dois anos para conquistar o território, e fundar Nueva Castilla, saindo do Panamá em direção sul, conquistando os povos Chibicha que localizavam-se na atual Colômbia e seguindo direção sul ao atual Peru e conquistar os Incas (Chaunu, 1996). Segundo Tapajós (1968), o governo Inca passava por um momento de crise de sucessão com a morte do imperador, e Pizarro soube aproveitar a oportunidade. Sabendo da fama da violência dos europeus, e com medo de armas de fogo e cavalos, o líder Inca

Atahualpa cedeu a uma conferência com Francisco Pizarro em Cajamarca, onde seria feita uma emboscada.

Francisco Pizarro sequestrou Atahualpa e fazendo assassinar seu outro irmão na linha de sucessão Huáscar, posteriormente Atahualpa também foi assassinado. O terceiro líder era o mais novo, Huana Capac, que Pizarro o aclamou como sucessor, e a partir de sua proteção pode entrar em Cuzco, capital do Império (Tapajós, 1968).

A partir do sucesso que alcançaram, obtiveram mais capitulações que permitiram a anexação de novos territórios, e ampliaram-se as áreas de domínio espanhol na América do Sul. As frentes de conquista seguiram por mais 200 léguas, aproximadamente 840 km em direção sul, da jurisdição de *Nueva Castilla*, agora fundando outro estado, sob comando do governador Diego Almagro, Nueva Toledo (Chaunu, 1996). Desta mesma forma, a partir de capitulações, até 1536, Pedro Mendonza já governava mais outro território sob liderança espanhola, denominado Gobernación de *Nueva Andalucia*. Este, ao ouvir relatos de uma *Sierra de Plata* fundou um assentamento denominado *Nuestra Señora de Sanct Maria de Buen Ayre* (Patajós, 1968) (Chaunu, 1996).

Em 1537 Juan Salazar de Espinoza ao chegar à margem do rio Paraguai fundou a cidade de *Nuestra Señora Sancta de Maria de Assunción*, que desempenharia importante papel no povoamento do Rio da Prata, pois quando os colonos saíram da cidade fundada por Mendonza, para lá recorreram. Foi de *Assunción* que partiu em 1580 Juan Garay, que retornou a cidade de Mendoza abandonada fundando *La Trinidad*, atual Buenos Aires (Tapajós, 1968)

Nesse sentido, a saída de colonos vindos diretamente da Espanha povoaram a região do Rio da Prata, os colonos saídos do Peru povoaram a região de *Tucumán*, no norte da Argentina, os que partiram do Chile, fizeram a conquista de *Cuyo*, que compreendia as províncias de Mendoza, *San Luis e San Juan* e parte do Pampa, além de contribuir na conquista de *Tucumán* (Tapajós, 1968).

Segundo Chaunu (1996), até 1550 a conquista de aproximadamente toda América do Sul estava quase toda feita pelos espanhóis, com cerca de 24 milhões de quilômetros quadrados, perto de serem selados (Figura 05 - Mapa da abrangência espanhola no século XVI).

Figura 05 - Mapa da abrangência espanhola no século XVI



Fonte: DUBY, G. **Atlas Histórico Mundial**. Madri: Editorial Debate, 1987. Disponível em: <https://archive.org/details/atlas-historico-mundial-georges-duby/page/n1/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 06 de jun. 2024.

Nesse sentido, com a dominância espanhola quase que selada na América, em sua segunda visita ao continente, o explorador Álvaro Núñez Cabeza de Vaca decide trilhar outra expedição pelo caminho indígena, já percorrido por Aleixo Garcia, a fim de explorar o continente. Sua expedição partiu em 1540, e percorreu com certa

similaridade o caminho pelos ramais explorados por Aleixo Garcia segundo Bond (2004). A diferença do trajeto de Cabeza de Vaca dentro do estado do Paraná, segundo a autora (Bond, 2004), é que no momento em que sua comitiva chegou no rio Paraná, onde se localiza a foz do rio Iguaçu, passou pelos municípios de Tupãssi, Toledo, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu. Enquanto que a comitiva de Aleixo Garcia seguiu o Peabiru ao norte, por Guaíra.

Após as expedições de Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca, ocorreu em 1552, uma nova expedição feita por Ulrich Schmidl por essa rota indígena, que neste momento já era mais conhecida entre os europeus. Após alguns anos a serviço da coroa espanhola no continente, ao tomar conhecimento dessas trilhas, o alemão decidiu seguir essa rota de Assunção até o porto em São Vicente para retornar à Europa. A partir dos relatos desta expedição, o geocientista Reinhard Maack (2012) elaborou um mapa mais detalhado do caminho, a partir do livro da expedição de Ulrich Schmidl que ganhou inúmeras versões principalmente na Alemanha. Nesse sentido, Maack (2012), aponta que Schmidl seria o primeiro europeu a cruzar o continente de oeste para leste, cruzando o Peabiru em alguns momentos. Ele partiu acompanhado por 20 indígenas Carijós, que frequentemente viajavam ao Atlântico. Ulrich Schmidl apontou que esses eram bons conhecedores do caminho, sendo um povo que viajava mais do que qualquer outro.

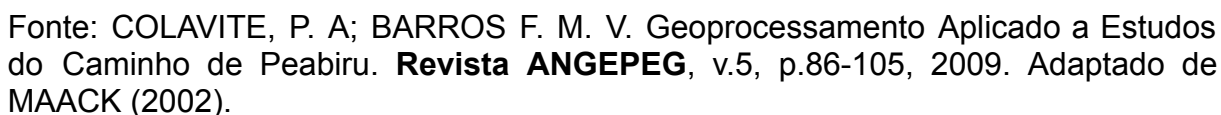
A partir do mapa elaborado por Maack (2012), é possível perceber que, partindo de Assunção, Schmidl adentrou um ramal secundário do Peabiru na atual Santa Catarina, próximo ao rio Uruguai, no aldeamento da tribo "Bieassaie" ou "Riesssaie". A expedição de Ulrich Schmidl saiu do Peabiru e seguiu pelo rio Cotegipe em direção ao Iguaçu, adentrando novamente o ramal principal do Peabiru a sudeste de Ciudad Del Guayrá, e seguindo no caminho até São Vicente. Observando o levantamento feito por Maack (2012), é possível definir o Peabiru a partir da rede hidrográfica e das cidades que surgiram em diferentes momentos da história das Américas.

Segundo Maack (2012), o Peabiru saía da costa de Santa Catarina pelo Rio Itapocu e pela Baía de São Francisco, percorrendo a faixa litorânea do estado em direção às matas úmidas, e levava em direção noroeste aos Campos Gerais. A partir

daí, encontrava-se um grande aldeamento Guarani denominado "Abapany" (Abapã - Castro). O caminho, saindo do estado de São Paulo em direção ao Paraná, tinha seu trajeto a partir de São Vicente, seguindo ao sul pelo Rio Ribeira, até os campos de Castro. Seguia pelo rio Tibagi até o rio Ivaí, que, segundo Maack (2012, p. 74), era "transposto acima do salto de Ubá". O caminho subia a Serra da Boa Esperança pelo vale do rio da Pedra Preta, chegando às nascentes do rio Cantu.

O ramal principal do Peabiru seguia em direção oeste, acompanhando o rio Paraná acima do Salto Sete Quedas, passando pelo Chaco e pelo planalto peruano, até terminar no oceano Pacífico. Um ramal secundário cruzava o rio Piquiri e o rio do Cobre, indo em direção sul para alcançar o rio Iguaçu na foz do Cotegipe, na grande aldeia indígena Cariesebe, localizada na zona sudoeste de Santa Catarina.

Segundo Colavite e Barros (2009) o relato da expedição de Ulrich Schmidl e o mapa feito por Maack (2012) seria o mais preciso sobre a rota. E através do uso de geoprocessamento as autoras (Colavite; Barros, 2009) esboçaram as rotas do Peabiru e ramais de forma detalhada dentro do Paraná, as destacando em vermelho (Figura 06 - Peabiru no Paraná a partir do itinerário de Ulrich Schmidl). O Mapa feito por Maack (2012) não possui as divisões político-administrativas entre os estados e países, nesse sentido, estão presentes na imagem parte de São Paulo, o Paraná, Santa Catarina, Paraguai, Argentina e Bolívia. Enquanto que o nome de alguns rios e lugares estão em guarani e espanhol, e outras cidades com nomes antigos, o que torna por vezes difícil a compreensão deste mapa mesmo com o trabalho das autoras em que se destaca o ramal principal do caminho e vias secundárias em e vermelho. Porém é possível compreender a localização do Paraná acompanhando os rios Paranapanema e "Y-guzu" (Iguaçu).



Enquanto isso, os vizinhos portugueses não restringiam-se apenas à grande faixa litorânea acordada pelo Tratado de Tordesilhas. Avançavam silenciosamente sem um conflito direto as fronteiras do seu império, expandindo milhares de quilômetros para além da linha imaginária do tratado que os limitava (Chaunu, 1996).

Nesse sentido, ao retornar sobre a colonização portuguesa, é importante mencionar que segundo Tapajós (1968) é apenas em 1530 que ocorre uma expedição com real interesse de colonização do território. Até este momento, grande parte das expedições realizadas pelos portugueses nas Américas eram de explorar a costa e posteriormente impedir a extração de Pau-Brasil pelos franceses, o que torna-se um grande contraponto ao modo massivo em que operavam os espanhóis.

A expedição de 1501, comandada por Gaspar de Lemos e composta por três navios, tinha como piloto o florentino Américo Vespúcio, cujo nome mais tarde seria dado ao continente explorado por Colombo (Tapajós, 1968). Esta expedição

correu de norte a sul desde o cabo de São Roque até Cananéia, no atual estado de São Paulo. Dando nome aos acidentes no litoral e comprovando que estas terras não se tratavam de ilhas como era suposto. Segundo o historiador Tapajós (1968) pela dimensão destas terras não era possível que Portugal conseguisse administrar as Índias e o Brasil, por isso colocou sob administração estas terras de uma companhia de comércio, do qual fazia parte Fernão de Noronha. Deste modo é possível entender porque o interesse primeiramente dos portugueses com a colônia dava-se num sentido mais comercial do que de ocupação.

A expedição feita por Vespúcio e entradas para o interior do continente trouxeram certo lucro a Portugal, pela extração de Pau-Brasil, o que despertou o interesse principalmente dos franceses em chegar na colônia portuguesa. Com receio de perder as terras, entre 1516 a 1526 foram feitas tentativas de negociações com o rei da França sem sucesso, e posteriormente enviada uma expedição guarda-costas comandada por Cristóvão Jaques (Tapajós, 1968).

Segundo Bueno (1998), outra missão exploratória da qual se tem informações realizadas por portugueses foi a de João Lisboa e Estevão Fróis entre 1503 e 1514. Não se sabe o exato objetivo de ambas as missões mas possivelmente se deu em razão de se descobrir onde terminava o continente e averiguar a existência do suposto estreito que conduzia ao oceano que banharia a costa oeste do continente.

Em julho de 1514 João Lisboa e Estevão Fróis chegam ao tão procurado estreito, o local era próximo a atual Punta del Leste no Uruguai, e tinham acabado de chegar a foz do rio da Prata (Bueno, 1998). Partem para o estuário do Prata explorando o continente e encontram os indígenas Charruas, que afirmam que no interior do continente havia um lugar de "grandes montanhas onde a neve nunca desaparece" (Bueno, 1998, p.118). Mais ainda, aos arredores dela existia um povo que possuía muito ouro, que usava até mesmo como armadura, posteriormente a isso mostraram aos portugueses um machado inteiramente feito de prata, esta segundo Bueno (1998) seria a primeira história a espalhar-se pela Europa após o seu retorno sobre os Incas e suas riquezas, o que levaria a uma obsessão por 20 anos de expedições para chegar primeiro ao império. Outras expedições foram lideradas por Sólis que acabaram culminando em sua morte e deixando vários

náufragos no Brasil, como Aleixo Garcia que viveu durante oito anos entre os indígenas e em diferentes tribos via as histórias sobre a Serra da Prata e sobre um caminho que levaria até ela repetir-se. Por isso, a partir de 1524 trilhando o Peabiru sai em expedição, como abordado anteriormente (Bueno, 1998).

É a partir de 1530 que são enviadas grandes esquadras, sob ordenança do rei Dom João III para colonizar efetivamente o Brasil. São enviados cerca de 400 colonos e tripulantes comandada por Martim Afonso de Sousa. Ao comandante foram instituídas três missões: “de expulsão dos franceses, demarcar as terras na direção do rio da Prata em que acreditavam estar dentro do limite do Tratado de Tordesilhas e estabelecer um ou mais núcleos de povoamento europeu na costa” (Tapajós, 1968, p.100).

Após alcançar sucesso em sua investida, em expulsar os franceses e demarcar a terra, Martim Afonso de Sousa iniciou sua última missão, a de colonizar o local. Fundou a primeira vila chamada São Vicente, na ilha de mesmo nome. Depois, ao passar pela Serra do Mar, chegou a um planalto em que os indígenas denominavam de Piratininga e fundou mais uma vila, mantendo o nome indígena, sendo a segunda no Brasil (Tapajós, 1968).

Inicia-se neste momento a cultura do cultivo da vinha e do trigo, plantou-se cana-de-açúcar, construíram engenhos, o primeiro a partir 1533 na parte central da ilha de São Vicente.

Antes mesmo do final de 1532, segundo Tapajós (1968), João de Souza, um dos tripulantes na expedição de Martim de Afonso, retornava de Portugal com cartas do rei D. João III esboçando que estava disposto em dividir as terras brasileiras em capitanias hereditárias e doá-las a Martim de Afonso.

As primeiras cartas de doação são datadas de 1534, como “Carta de doação”, em que o rei fazia a concessão de terras aos donatários, fixando “os direitos, foros e tributos” que determinava o que a respectiva terra deveria pagar ao rei e ao capitão-mor (Tapajós, 1968, p.101).

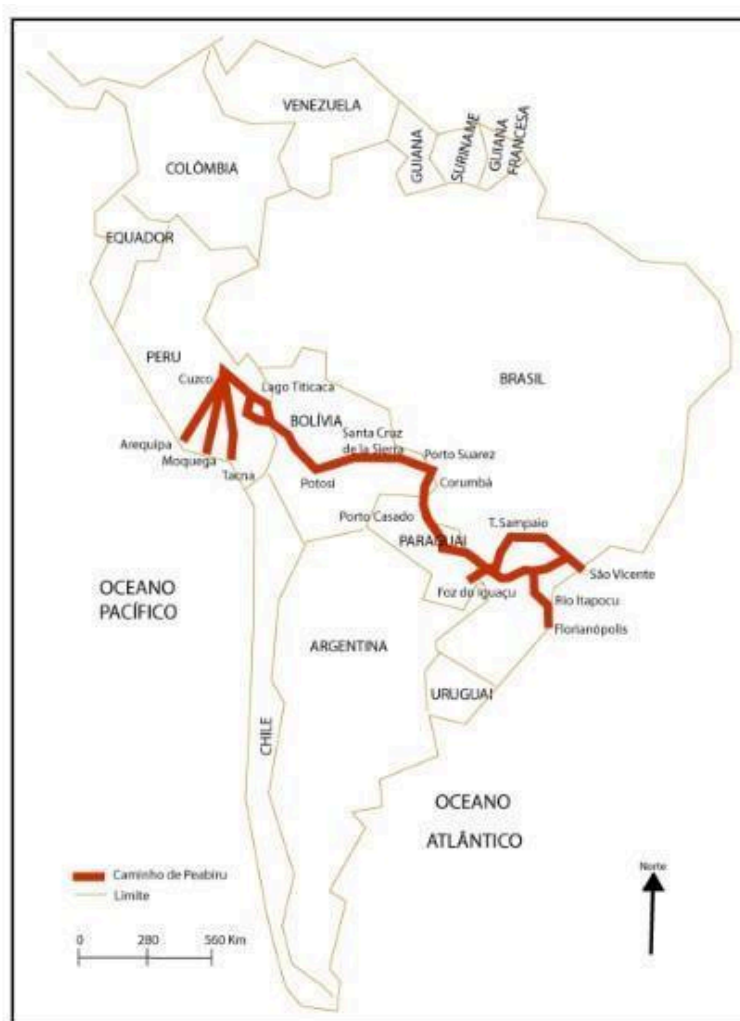
Foram determinados 12 donatários de terras, mas existiam 15 lotes, porque Martins Afonso e seu irmão Pero Lopes de Souza angariam 5 lotes com 180 léguas de costa. Martim Afonso recebeu terras que compreendia São Vicente, que era

divididas em dois lotes, que compreendia o norte de Paranaguá até São Vicente e outro lote limitado pelos rios Macaé e Juqueriquerê (Tapajós, 1968).

Pero Lopes, recebeu três capitanias, Santo Amaro, Santana e Itamaracá. Pedro Góis, recebeu da capitania de São Tomé ou Paraíba do sul, Vasco Fernandes Coutinho foi donatário de Espírito Santo, Pero do Campo Tourinho recebeu a capitania de Porto Seguro, Jorge de Figueiredo de Correia, foram doadas as terras de Ilhéus. Francisco Pereira Coutinho obteve tudo que hoje compreende a baía e o rio de São Francisco, e as terras cedidas a Duarte Coelho, da capitania de Pernambuco, compreendia o rio São Francisco e o rio de Igaraçu (Tapajós, 1968, p.101). Nesse sentido, é possível observar na figura 07 - Mapa de capitanias hereditárias brasileiras no século XVI, como estava posta a divisão de terras no litoral brasileiro pelos portugueses até o século XVI e a dominância espanhola nas Américas.

e pelo distrito de Itaiacoca em Ponta Grossa. Martoni (2005, p. 43) ainda ressalta que alguns remanescentes do Peabiru são encontrados nas proximidades da Colônia Thereza, em Pitanga e Campina da Lagoa, e afirma que o ramal vindo de São Paulo adentrava o Paraná no 2º Planalto, cortando a Escarpa Devoniana, perto de Jaguariaíva. O Peabiru atravessava os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além dos países Paraguai, Bolívia e Peru (Figura 08 - Mapa do Peabiru na América do Sul). De acordo com Colavite e Barros (2009), segundo descrições históricas durante o século XVI, caminho tinha aproximadamente 1,40 metros de largura e 0,40 metros de profundidade, sendo recoberto por uma espécie de gramínea que impedia o crescimento de arbustos, ervas daninhas e árvores.

Figura 08- Mapa do Peabiru na América do Sul.



Fonte: COLAVITE, P. A; BARROS F. M. V. Geoprocessamento Aplicado a Estudos do Caminho de Peabiru. **Revista ANGEPEG**, v.5, p.86-105, 2009. Adaptado de BOND; FINCO (2004).

Por fim, uma forma de identificação do Peabiru levantada por Bond (2004) seriam estruturas em rochas que se assemelham a pés humanos. O interessante é que tais pegadas são corroboradas pelos vestígios históricos nas cartas de Manoel de Nóbrega (1560), que mencionam a existência de rochas com marcas de “pés” ao longo do Peabiru.

O presente capítulo se dedicou a descrever como a partir da vinda europeia para o continente Americano as informações sobre o Peabiru foram sendo descritas a partir das expedições por interesse em subjugar os povos tradicionais e tomar seus bens. Desta forma, estabelecido até aqui a dominância geográfica entre Espanha e Portugal até o século XVI e considerar a organização geral de suas estruturas na América, e relatos sobre a existência de uma antiga e importante rede de caminhos indígenas. Ao aprofundar-se sobre as Reduções Jesuíticas no Paraná, é preciso ter em mente que o processo de “colonização” e “conquista” das Américas do ponto de vista europeu em um primeiro momento, segundo Chaunu (1996), é um ato espanhol. Tendo claro isso, todas as missões instaladas no Paraná, eram administradas por padres pagos pela Coroa espanhola, de diferentes localidades, sob jurisdição da Província de Jesus do Peru (Palacios, 2018). Neste momento, o tal caminho do Peabiru que antes atendia aos interesses dos povos tradicionais passou a ter outras funções devido aos novos arranjos no período de entradas de espanhóis e missões no Guairá. Deste modo, é a partir das missões que mais informações sobre a rota surgem e da passagem do Peabiru por Ortigueira pela presença de uma missão instalada na região.

4. ENTRE CRUZES E VILAS: REDESCOBRINDO O PEABIRU

4.1. A Companhia de Jesus

Segundo Sabeh (2015), desde a Baixa Idade Média a Igreja Católica Apostólica Romana enfrentava uma séria de crises que a levaram a criar uma nova Ordem a fim de agregar mais adeptos para si. Desde o século XIII com o surgimento das seitas albigenses que surgiram na França, propagando-se a Países Baixos, Lombardia e regiões da atual Espanha, que pregavam a insubordinação material e espiritual contra a Igreja de Roma (Sabeh, 2015).

Ao mesmo tempo, alguns dogmas católicos misturavam-se a de outras práticas “populares” fazendo com que as “práticas cristãs se aproximassem do paganismo” (Sabeh, 2015, p. 100), o que de certa forma representava uma crise a Igreja Romana.

No século XIV a peste assola a Europa matando milhões, e era vista como obra de Deus ao desregramento moral da cristandade e um sinal do fim dos tempos (Sabeh, 2015). Nesse sentido, geram-se uma série de reações, de movimentos religiosos de renovação e distanciamento ao catolicismo romano, como a *Devotio Moderna*, um movimento que segundo Sabeh (2015, p.100), sugeria “meditação, a interiorização dos preceitos religiosos e a difusão do cristianismo pela multidão leiga”. Para além disso, o movimento questionava os dogmas da Igreja, e criava para si manuais de como seguir a Cristo, configurando nesse momento um lapso institucional na Igreja.

Segundo Sabeh (2015) todo este movimento não demorou a chegar aos letrados da época, a presença da imprensa e de professores em várias universidades fazendo com que os ideais humanistas fossem rapidamente difundidos entre França, Inglaterra e Alemanha, gerando mais instabilidade a Igreja.

Dentro do movimento do *Devotio Moderna*, estavam figuras importantes como Lutero, Calvino e Inácio de Loyola, que pregavam as mudanças necessárias nas práticas cristãs a fim de aproximar a Igreja de seus devotos (Sabeh, 2015). O que irá diferenciar estes homens dentro de um mesmo grupo é que enquanto Inácio de Loyola reunia-se na França para fundar uma nova Ordem católica, Lutero e Calvino colocavam em cheque os dogmas católicos e negavam a autoridade papal.

Em 1517 Lutero publica as 95 teses que reprovaram os abusos cometidos pela Igreja de Roma, percorrendo “Alemanha, Suécia, Dinamarca, Noruega e França pregando uma doutrina de reivindicação à reforma na Igreja” (Sabeh, 2015, p. 104).

Defendia a ideia de que a salvação não seria alcançada através de pagamentos ou obras, e este foi o ponto central de seu rompimento com a Igreja Católica.

Nesse sentido, à medida que o Humanismo e a Reforma Protestante colocavam em crise a Santa Fé, inicia-se o movimento denominado “Contrarreforma”, manifestando todas as inquietações da Igreja de Roma (Sabeh,

2015). Deste modo, em 1540 o Papa Paulo III, juntamente com o apoio político de monarcas como D. João III, Carlos V e Francisco I, aprovaram a criação de uma nova Ordem Católica, que levaria o nome de Companhia de Jesus. Segundo Sabe (2015), compreendia-se que a Companhia tinha como objetivo central a renovação da fé, pela disposição de seus membros em ganhar o mundo para a fé católica.

Segundo Palacios (2018), após conseguir certo êxito na Europa, os padres desta nova Ordem denominados Jesuítas, seguiram para terras mais longínquas, como Índia, China e Japão. Porém, foi quando chegaram às Américas que tiveram uma das mais singulares experiências. Inicialmente, a Companhia não poderia contar com mais de 60 padres membros, porém com o crescimento da Ordem, chegou a contar com centenas de membros.

4.1.2 A chegada da Companhia no continente Americano e o Peabiru

A Companhia chegou na América do Sul por volta de 1549, juntamente com o padre Inácio de Loyola e Manoel de Nóbrega, e desembarcaram no Brasil.

Os primeiros relatos do Peabiru durante as missões surgem nas cartas do padre Manoel de Nóbrega, no livro *Cartas ao Brasil*, onde estão relatadas suas cartas entre 1559 e 1560. O Caminho do Peabiru é relatado a partir de sua vertente mítica que muito difundiu-se entre os europeus, sendo atribuído sua criação ao santo e apóstolo São Tomé.

Manoel de Nóbrega durante sua peregrinação no Brasil para instalação das reduções, segundo Palacios (2018), funda a Província Jesuítica do Brasil, construindo colégios em Salvador, Rio de Janeiro e Pernambuco, dando início no processo de catequização dos indígenas Tupis. É a partir desse momento, que Nóbrega (1560) relata que existiria um caminho traçado a partir das pegadas do São Tomé, e que no leito de um rio ele mesmo viu a marca de quatro pegadas ao longo deste caminho. Além disso, os indígenas contaram a Nóbrega que as sementes da gramínea que crescia sobre o caminho foram dadas por São Tomé para que fizessem pão.

Já em *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la compañía de Iesvs, en las provincias del Paraguay, Parana* de 1639, um livro escrito pelo padre Antonio Ruiz de Montoya, que também a existência do caminho ao apóstolo. Nesse livro, são

retratados as diferentes pronúncias das diversas etnias indígenas para essa figura mítica que teria aberto a trilha, levando os padres a acreditar que se referiam a São Tomé. Montoya (1639, p. 29-30) narra que, na pronúncia dos indígenas do Paraguai, o homem que abriu o Peabiru seria chamado de "*Pay Zume*", enquanto no Peru seria "*Pay Tume*".

Intrigado com essa rota, Montoya (1985) dedica várias sessões na coletânea de cartas investigando este caminho, indo até o Peru investigar os vestígios da sua passagem (o próprio caminho) e sua relação de acordo com suas crenças com São Tomé. Nesse sentido, ele afirma que foi possível constatar que as trilhas iam pelos atuais Brasil, Paraguai, Peru, dando localizações precisa como sua passagem por "*Santa Cruz de la Sierra* na Bolívia" (Montoya, 1985, p.96)

Essa leitura clássica também serve como base para inferências sobre o ponto de partida do caminho. Montoya (1639) afirma que ele partiria da "Barra de São Vicente" ou "Isla de Santos" em direção ao sul. O pároco teria visto o caminho pessoalmente com seus companheiros quando esteve no Brasil. Afirmava que o caminho tinha oito palmos de largura e que nele crescia uma "miúda yerua", um tipo de erva que, "mesmo se todos os campos fossem queimados, voltaria a crescer sobre o caminho" (Montoya, 1639, p. 30, tradução nossa). Montoya ainda relata que os portugueses o teriam certificado de que esse caminho se estendia por uma grande área dentro do território brasileiro.

Conforme Bond (2004), a partir do século XVI, tanto portugueses quanto espanhóis começaram a atribuir a existência do Peabiru a São Tomé. Isso se deve aos relatos de vários indígenas, tanto Incas quanto Guaranis, sobre um homem de pele clara, barba longa e vestindo um grande camisolão, que teria visitado a América antes da chegada dos europeus. "Falava na existência de um único deus, que lhes ensinara novas técnicas de agricultura e outras áreas do conhecimento, e que teria chegado andando sobre as águas do mar" (Bond, 2004, p. 84). Dependendo da etnia, teve provavelmente vários nomes: *Sumé*, *Zumé* ou *Pay Sumé* pelos indígenas paraguaios, e *Viracocha* ou *Kon Illa Tijsi Viracocha* pelos andinos.

De acordo com levantamento histórico dos textos sobre o assunto, São Tomé teria vindo às "Índias Ocidentais em sua missão evangelizadora e aberto caminho desde a costa brasileira até o Peru" (Bond, 2004, p. 84).

Nesse sentido, a existência do Peabiru é levantada pelas cartas e livros dos padres Manoel de Nóbrega e Antonio Ruiz de Montoya, consideradas provas por meio da documentação do caminho. Essas fontes fomentam o debate mítico acerca da criação do Peabiru, atribuindo sua origem ao apóstolo São Tomé, um relato que foi amplamente difundido entre os europeus, sem deixar de testemunhar sua existência.

Em consequente, de acordo com Palacios (2018), estima-se que após a morte do padre Ignácio de Loyola, em 1556, que a Companhia de Jesus contava com cerca de mil membros espalhados pelo mundo, ganhando muita força nas Américas, com cerca de 60 padres Jesuítas atuando somente em Lima no Peru. De acordo com Palacios (2018), o primeiro assentamento construído pelo Jesuítas que possuía algumas similaridades com as Reduções, foi no Alto Peru, atual Bolívia, a quase 4.000 metros do nível do mar, nas redondezas do Lago Titicaca, denominada *Misión de Juli* 1576 que serviu como base para a construção das reduções posteriores e *modus operandi* de evangelização.

Nesse período histórico, boa parte do território brasileiro ainda encontrava-se sob domínio da Coroa Espanhola, em vistas disso, o líder da Companhia Claudio Acquaviva, que assume após o falecimento de Iácio de Loyola, determina que toda a região do Alto Peru (Bolívia), Valles Calchaquíes (Argentina), Chaco e Paraguai, pertenciam à Província de Jesus do Peru, enquanto que a Província Jesuítica do Brasil, administraria apenas a faixa costeira do Atlântico (Palacios, 2018).

4.1.3 A Entrada no Guairá

Como já discutido anteriormente, a colonização da América e o Peabiru estão relacionadas, pois é a partir deste momento histórico que são fornecidas as fontes e relatos escritos em relação a sua existência, que ganham importância principalmente a partir da colonização espanhola na Província do Guairá, atual estado do Paraná. A entrada de espanhóis é quase que paralela à implementação das reduções jesuíticas, e o Peabiru nas cartas do padre Antonio Ruiz de Montoya em 1630 ganha várias sessões sendo investigado.

Em 1552, com a estrutura administrativa espanhola já consolidada, o atual governador de *Assunción*, Domingo Martínez de Irala, iniciou o planejamento de seguir a colonização para o Guairá (Parellada, 2018). O governador emite ordens para que Guairá seja colonizado enviando opositores espanhóis e procurando proteger lideranças Guaranis aliadas que estivessem em conflitos com povos Tupis (Parellada, 2018). Essa entrada por europeus no território, ainda segundo a autora, também tinha como objetivo a busca de mais metais preciosos, pois nesse momento as expedições para Serra da Prata foram proibidas, além de garantir domínio e acesso às terras com ligação ao oceano Atlântico.

A Província de Guairá tinha este nome em homenagem ao líder Guarani aliado aos conquistadores espanhóis. Estas terras eram povoadas por indígenas Guaranis, e da família linguística Jê (Parellada, 2018). Na região de Superagui, no litoral norte paranaense, em 1549, segundo Parellada (2018), há relatos de indígenas tupiniquins e portugueses, enquanto que mais ao sul, em Paranaguá e Guaratuba entre 1550 e 1560, descrevem-se várias aldeias Guarani Carijó, com estas terras somando aproximadamente dois milhões de nativos. O território tinha como limites ao norte o rio Paranapanema, ao sul o rio Iguaçu, a oeste o rio Paraná, e leste as serras de *Guarayrú*¹ (Parellada, 2018).

Nesse momento em diante foram fundadas as primeiras vilas de Guairá. A primeira em 1554, denominada Ontiveros, às margens do rio Paraná, que resistiu somente até 1556 devido a conflitos políticos. A segunda em 1556, às margens do rio Piquiri, denominada *Ciudad del Guayrá*, para onde a população de Ontiveros foi enviada (Parellada, 2018). As ruínas de *Ciudad del Guairá* atualmente localizam-se no município de Terra Roxa, e é tombada desde 2008 pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Em seguida, em 1570, o espanhol Ruy Diaz de Melgarejo, fundou *Villa Rica del Espiritu Santo*, em terras do líder Guarani Coraciberá (Parellada, 2018). Em tais terras, era possível a extração de ferro e cobre, devido a isso, mandou erguer uma igreja e ao lado uma cruz, mandando também construir uma fortaleza com telhas em pinho, traçando um estrutura urbana, com casas e terras para chácaras, além de

¹ Segundo Parellada (2018, p.333), a “serras *Guarayrú*” correspondem às serras da Escarpa Devoniana”.

indígenas para em *encomiendas*, e serviços domésticos e agrícolas, nomeando um alcaide e deixando 24 arcabuceros (soldados) (Parellada, 2018, p. 346).

É a partir de 1580, que os padres jesuítas Tomas Fields e Manuel Ortega são mandados a *Villa Rica* para realização de serviços como batismos e casamentos, tanto para espanhóis quanto indígenas, fazendo incursões pelas aldeias especialmente Guarani e Jê através de missões móveis (Parellada, 2018).

Segundo Parellada (2018), o padre Manuel Ortega dominava a língua Tupi, após estudar a Arte de Gramática do padre jesuíta José de Anchieta, o que o auxilia a reunir o vocabulário Guarani e de povos Jês e contribuir posteriormente para Montoya implementar as missões fixas.

De acordo com Parellada (2018), em relatos ao rei Felipe III em 1607, o governador do Paraguai Hernandarias insistia na catequização dos indígenas do Guairá, por serem muito mais numerosos do que os espanhóis instalados na região como meio de controle. Nas cartas Hernandarias relata que Ciudad del Guairá e Villa Rica possuíam respectivamente 30 e 100 colonos espanhóis, e 150.000 indígenas (Parellada, 2018).

Sendo assim, o Paraná, neste momento Província do Guairá, sob administração espanhola, teve suas missões organizadas por padres espanhóis. Partem em 1609 Simón Mascetta e Joseph Cataldino de *Assúncion*, para a instalação das missões fixas, atendendo primeiro as cidades já construídas, tendo em vista que a distância até o Guairá eram difíceis e longas, e apenas em março de 1610, no vale do rio Paranapanema fundam a primeira missão, de *Nuestra Señora de Loreto* e logo em seguida a de *San Ignacio Mini* nas proximidades (Parellada, 2018).

Assim como para a construção e estabelecimentos das cidades como *Villa Rica*, que seguia a primeira lei urbanística da Idade Moderna, da lei de 1573 de Felipe II, as Reduções fixas seguiam em partes esta lógica de assento para sua estrutura. A lei definia que seria um "enxadrezado de ruas retilíneas" que iriam determinar uma série de quadras iguais, quase sempre quadradas, sendo que no centro ficava a praça (Parellada, 2018, p.342, apud Benévolo 1978). Tal lei, ressaltava que os terrenos ao entorno da praça não poderiam ser particulares, mas pertenceriam à Igreja, aos edifícios reais, municipais, às lojas e casas de

mercadores que seriam construídos primeiro, e o resto das parcelas edificáveis eram distribuídas aos colonos autorizados a construir ao redor da praça principal (Parellada 1995, p.55). As missões do Guairá do início do século XVII segundo Parellada (2018), mantinham certas normas das ordenanças de Felipe III, no entanto, após as experiências replicadas pelo padre Superior Provincial Diego de Torres, na *Mission de Juli*, às missões guairenhas também deveria seguir o desejo dos indígenas inclusive as preferências estéticas.

De acordo com a autora as recomendações feitas por Diego de Torres era que:

Deveriam ser locais com água doce, próximas a grandes rios, com pesca abundante, solos férteis, que não fossem alagadiços, tivessem bastante vento para refrescar e assim, ter menos mosquitos, e tornar-se um ambiente agradável para concentrar os indígenas em áreas bem menores do que eles estavam acostumados. Inclusive, existiam cozinhas externas às casas. (Parellada, 2018, p.343).

Ainda segundo a autora, os declives dos terrenos no Guairá faziam com que as missões tivessem suas quadras inclinadas em relação aos arruamentos, pois esse relevo mais acidentado dificultava os traçados em ângulos retos. Ainda, a falta de conhecimento urbanístico e equipamentos prejudicava a existência de quadras ortogonais.

De acordo com Chmyz (2000) as primeiras pesquisas arqueológicas feitas em reduções no Paraná foram realizadas entre 1961 e 1963 por Oldemar Blasi possibilitando a delimitação e topografia das ruínas da missão de Santo Inácio Menor. Estes estudos possibilitaram um entendimento maior de como era a estrutura das reduções em um contexto geral.

Segundo Chmyz (2000) a missão ocupava uma área de 219.000m², a missão tinha um formato retangular e centralizada por uma praça quadrangular. Aos lados e ao sul da praça ficavam as quadras de habitações separadas por ruas retas e largas (Chmyz, 2000, p.42). Na parte norte da área encontrava-se as ruínas da igreja e mais cinco habitações que possivelmente seriam as habitações dos padres (Chmyz, 2000, p.42). Aos fundos, ficavam o cemitério e a capela (campanário), e à direita do pátio foram encontrados vestígios de forno para queima de telhas.

Conforme o arqueólogo Igor Chmyz (2000) estas primeiras pesquisas arqueológicas puderam afirmar que o espaço da igreja, do cemitério, casa dos religiosos e a capela, eram separadas do povoado por um muro. O povoado, no entanto, era todo protegido por uma fortificação continua circundando os seus lados e a porção sul.

As escavações feitas nas ruínas da missão de Nossa Senhora de Loreto em 1970, revelaram uma área de 117.750m² e eram também constituídas como a missão anterior, por quadras de habitações separadas por ruas retas e largas, praça central e setor religioso (Chmyz, 2000, p.43). Um dado interessante fruto destas pesquisas nas missões jesuíticas do Paraná levantado por Chmyz (2000,p.46) são os achados do Caminho do Peabiru e seu mapeamento na década de setenta, e sua importância para locomoção de portugueses e espanhóis pelo território, passando pelo maior aglomerado das futuras missões do Guairá e posteriormente transpondo o rio Paraná, no local onde espanhóis fundaram *Ciudad Real del Guayrá*, que segundo o autor foram guiados pelo caminho por indígenas Tupi-Guaranis.

De acordo com Chmyz (2000, p.46) as escavações ficaram centradas no setor religioso que contemplava a igreja e cubículos das casas dos padres que concentravam calçamentos que iam por uma grande extensão. Segundo o autor, próximo a casa dos padres também foi investigada a casa do diretor da Colônia Indígena, que localizava-se em um terreno melhor dentro da missão, enquanto que a parte destinada para os demais moradores ficavam em terreno mais insalubre (Chmyz, 2000, p. 46).

O forno utilizado na missão provavelmente na fabricação de telhas, tinha estruturas de combustão embutidas em um recorte feito no solo, com suas paredes erguidas a partir de blocos de rocha, tijolos e fragmentos de telhas agregados com argilas com cerca de 2 metros de profundidade, e mesmo que a parte exposta estivesse danificada a curvatura da parede indicava que erguia-se de forma abobadada (Chmyz, 2000, p.47). Havia fragmentos de escória de ferro dentro do forno e por toda a missão, inclusive na casa dos indígenas, detalhe que chamou a atenção, mas como não se pode fazer a exploração completa do forno não sabe-se a sua função real, visto que a fundição de metal era proibida aos jesuítas (Chmyz,

2000, p.47). Segundo Blasi (1966 apud, Chmyz, 2000) a área do forno ocupava cerca de 78 metros e teria a capacidade de queima de 500 telhas.

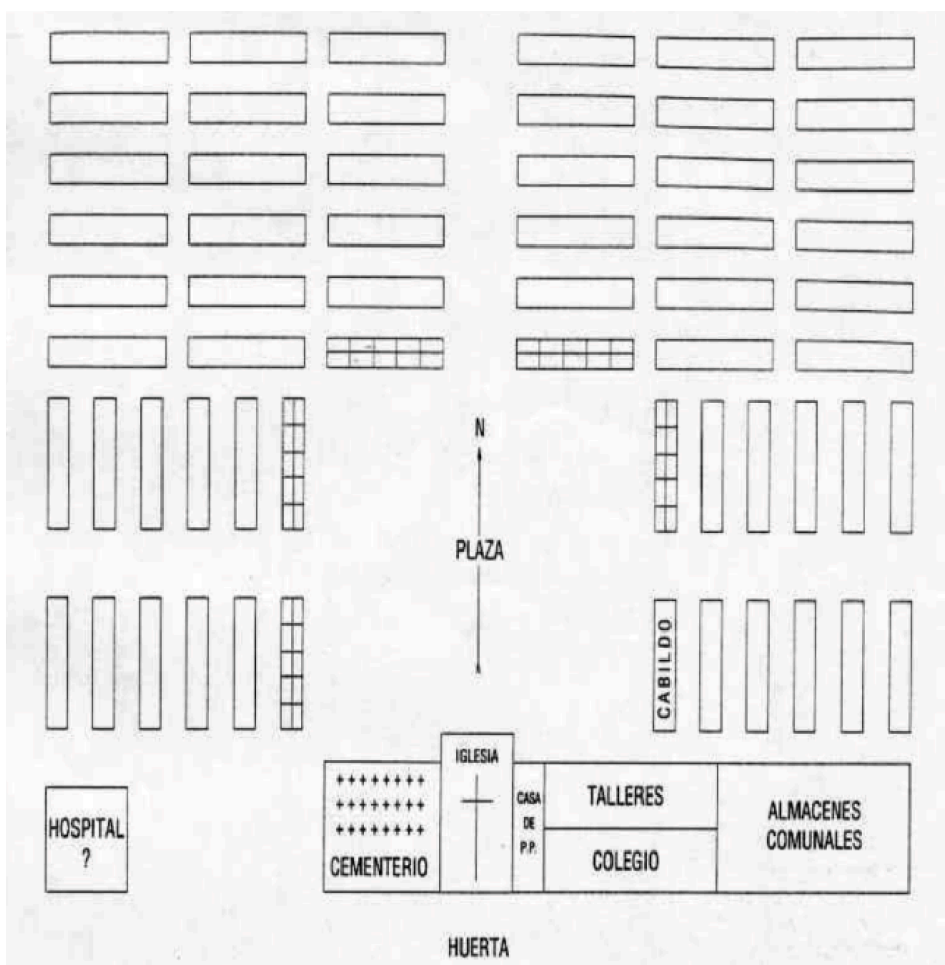
As escavações na parte de habitações revelaram casas semi-subterrâneas separadas por meia-paredes de terras, em que as divisórias deveriam ser complementadas por paredes de troncos finas ou esteiras. Foram encontrados buracos de estacas de diferentes diâmetros que revelavam como era o funcionamento do sistema de cobertura, segundo Chmyz (2000) possivelmente feito de palha uma vez que foram poucos os registros de de telhas neste local.

Os fragmentos da igreja revelaram que as paredes eram feitas de taipa de pilão e protegidas por um telhado que estendia-se por aproximadamente 7 metros coberto por telhas. Os cubículos também foram feitos com a mesma técnica, assim como os muros. Através das camadas de sedimentação concluiu-se que após os incêndios e destruição da missão pelos bandeirantes, indígenas ocuparam novamente a localidade, podendo ser aqueles que não se retiraram com jesuítas ou aqueles feitos de prisioneiros bandeirantes, “refutando a ideia de despovoamento Tupi-Guarani do Paraná” (Chmyz, 2000, p.50). Ainda, segundo Simonetti (et al. 2023) as reduções instalavam-se em locais mais altos no relevo, para que fosse possível observar inimigos que se aproximassem, e se necessário a evacuação dos moradores.

Por fim, são levantados que existiam dois calçamentos que estendiam-se pela missão feitos em pedras irregulares. Um ia em direção ao forno e outro à casa dos padres, e eram cobertos por telhados.

Deste modo, Oliveira (2003) afirma que as reduções de modo geral eram organizadas com ruas que possibilitassem o fácil acesso à praça central onde estava a Igreja, e mais dois pátios, sendo a igreja o ponto principal. Ao lado da igreja ficavam a casa dos padres, o cemitério, as oficinas, o colégio e os armazéns. E atrás deste complexo de cemitério-colégio-pátios fixava-se a horta, assim como também a missão poderia dispor de um asilo ou hospital, sala de música e dança (Oliveira, 2003) (Figura 09 - Planta típica de uma Missão Jesuítica)

Figura 09 - Planta típica de uma Missão Jesuítica.



Fonte: S. Palacios; E. Zoffoli. **Gloria tragedia misiones guaraníes. Historia de las reducciones jesuíticas durante los siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata.** Espanha: Ediciones Mensajero, 1990.

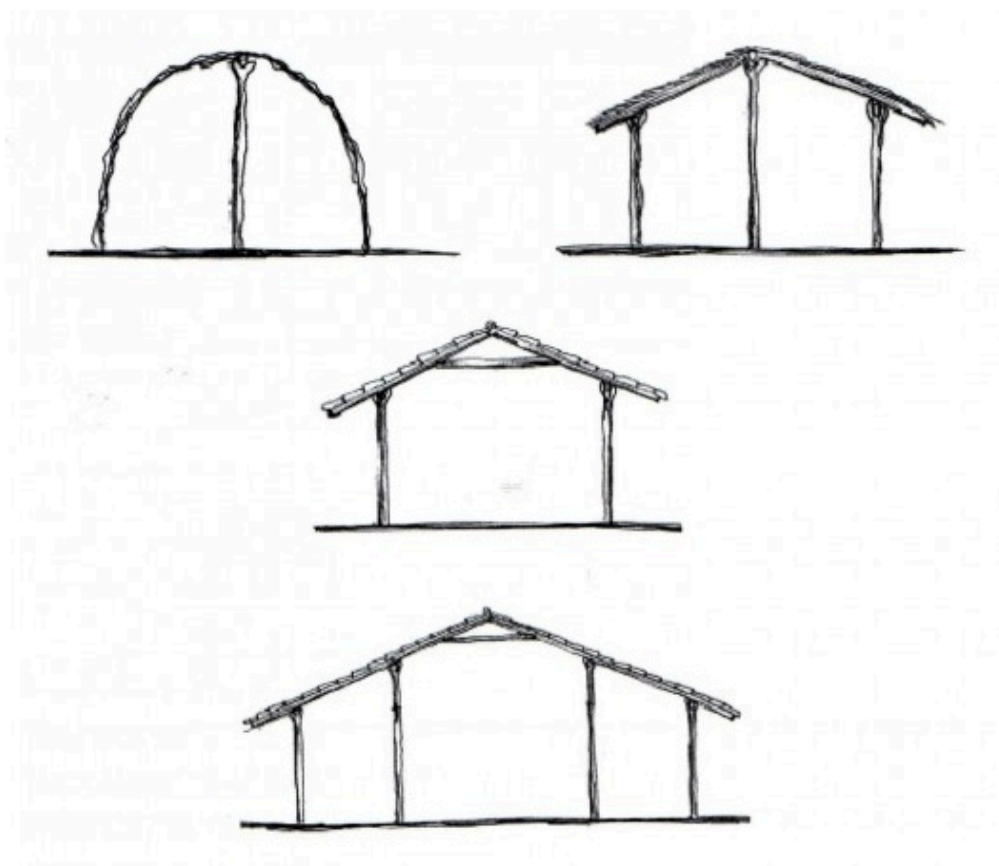
Ainda em relação a características estéticas das reduções, segundo Simonetti (*et al.* 2023) havia uma junção entre conhecimentos dos nativos e disponibilidade dos recursos e uma organização da malha urbana ortogonal tendo a praça central como marco principal. Segundo Custódio (2017) as primeiras orientações para a construção das igrejas vieram do padre Ignácio de Loyola orientando que estas deveriam atender o “tom modesto e severo, característico do espírito da ordem, tanto na estrutura quanto na decoração, com austeridade e simplicidade, sem luxo ou distração”, assim como existiam orientações de igrejas de nave única para que fosse possível comportar o maior número de fiéis (Simonetti, *et al.* 2023).

Desde a chegada da Companhia as missões tiveram uma evolução em sua estrutura arquitetônica, conforme tornavam-se mais estáveis dentro do território de

acordo com Simonetti (*et al.* 2023) divididas em três fases de evolução. A primeira seria logo que instalavam-se em determinada localidade, em que as construções eram feitas de modo mais simples, com paredes de madeira, barro e palha. A segunda fase, se caracteriza pelo investimento em estruturas mais duráveis após algum tempo estabelecidos na localidade, com “alicerces de pedra missioneira, paredes de adobe ou pedra e cobertura de telha cerâmica” (Simonetti, *et al.*, 2023). Na terceira fase, as estruturas eram feitas propriamente de pedra, que formavam arcos e abóbadas, com um planejamento entre o interior e o exterior (Simonetti, *et al.*, 2023). Esta terceira fase não será abordada em profundidade, pois segundo Custódio (2017) ocorre a partir de 1730 com a chegada de arquitetos vindos da Europa, e distancia-se muito das análises deste trabalho.

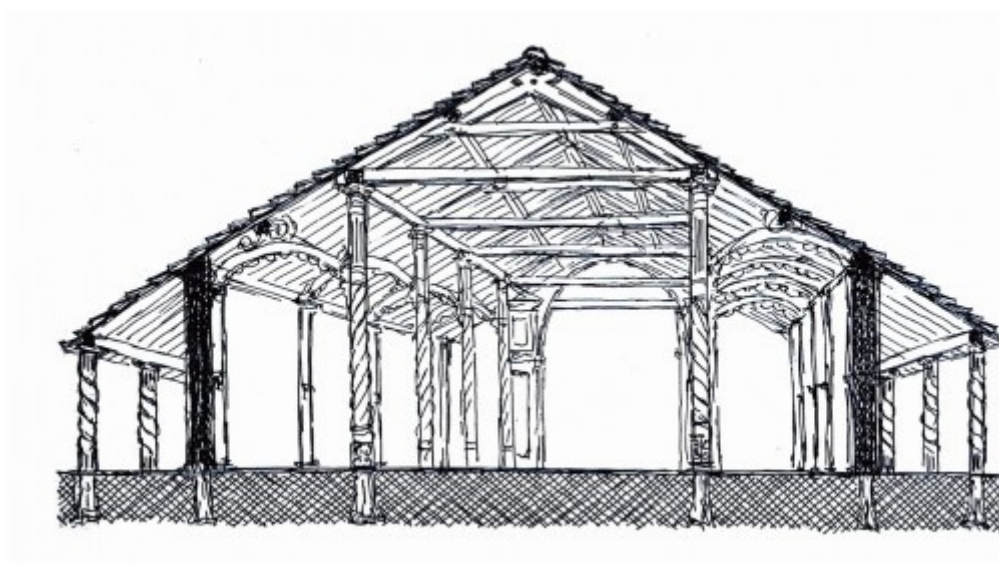
Segundo Custódio (2017) as construções da primeira fase eram mais simples, muito parecidas com o modo de construção indígena, pelo uso de madeira para as estruturas e fibras vegetais para cobertura e vedação (Figura 10 - Esquema das construções da primeira fase). Na segunda fase, as construções passaram a incorporar sistemas construtivos europeus “estruturas autoportantes de madeira, sistemas de caibros armados, em duas águas, cobertos por telhados cerâmicos, onde as paredes, vedações de adobe, tijolos ou pedras, eram colocadas posteriormente” (Custódio, 2017). Segundo Custódio (2017) esse mesmo modelo foi empregado na Bolívia com grupos Moxos e Chiquitos, o que contribuiu para a esquematização deste tipo de estrutura (figura 11 - Esquema da igreja de São Miguel com povos Chiquitos na Bolívia).

Figura 10 - Esquema das construções da primeira fase.



Fonte: CUSTÓDIO, B. L. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 2. Arqutextos, São Paulo, ano 17, n. 201.00, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: [arquitextos 201.00 patrimônio: Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 2 | vitruvius](http://arquitextos.201.00.patrimônio.org.br/ordenamentos-urbanos-nas-missoes-jesuificas-dos-guarani-parte-2-vitruvius)

Figura 11 - Esquema da igreja de São Miguel com povos Chiquitos na Bolívia.



Fonte: CUSTÓDIO, B. L. A. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guaraní – parte 2. Arqutextos, São Paulo, ano 17, n. 201.00, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: [arquitectos 201.00 patrimônio: Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guaraní – parte 2 | vitruvius](#)

Esse método construtivo era utilizado tanto nas habitações indígenas, compostas por grandes pavilhões retangulares, quanto em outras construções, como igrejas, residências de padres, oficinas, entre outras, geralmente rodeadas por varandas. Nas missões, as tradicionais "casas grandes" das aldeias Guaraní foram internamente divididas nos novos pavilhões de moradia coletiva (Figura 12 - Casas Indígenas nas reduções) (Custódio, 2017). Nas igrejas, o alpendre da frente era utilizado para atividades religiosas e representações sacras. Ao lado das igrejas, havia uma torre de sino, ou campanário, com estrutura independente de madeira, geralmente posicionada no pátio dos padres (Figura 13 - Esquema da igreja da missão de La Candelária na Argentina) (Custódio, 2017).

Figura 12 - Casas indígenas nas missões.



Fonte: CUSTÓDIO, B. L. A. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guaraní – parte 2. Arqutextos, São Paulo, ano 17, n. 201.00, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: [arquitectos 201.00 patrimônio: Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guaraní – parte 2 | vitruvius](#)

Figura 13 - Esquema da igreja da missão de La Candelária na Argentina



Fonte: CUSTÓDIO, B. L. A. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guaraní – parte 2. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 201.00, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: [arquitextos 201.00 patrimônio: Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guaraní – parte 2 | vitruvius](http://arquitextos.201.00.patrimônio.org.br/ordenamentos-urbanos-nas-missões-jesuíticas-dos-guaraní-parte-2)

Vale ressaltar que estas são características de missões que perduraram por anos, que incorporaram a segunda fase arquitetônica apontada por Custódio (2017), porém, *Nuestra Señora de Encarnación* no município de Ortigueira, foi fundada durante 1625 e existiu somente até 1627, com sua destruição durante as bandeiras (Maack, 2012), logo, possivelmente suas características arquitetônicas fossem muito mais simples, próxima às da primeira fase.

Nesse sentido, após levantar as características urbanas e como eram espacializadas as missões, e parte de suas características arquitetônicas. Entre 1610 até 1628, foram fundadas 15 missões jesuíticas no Guairá, sendo estas: *Nuestra Señora de Loreto*, *San Ignacio Mini*, *San Francisco Xavier*, *San Joseph*, *Nuestra Señora de Encarnación*, *Santa Maria*, *San Pablo del Iniaí*, *Santo Antônio*, *Los Angeles*, *San Miguel*, *San Pedro*, *Concepción de Nuestra Señora de Guañáños*, *San Thomas*, *Ermida de Nuestra Señora de Copacabana*, e *Jesus-Maria* (Parellada, 2018).

Os padres normalmente permaneciam em duplas durante as incursões, enquanto um ficava onde se instalava a missão, outro iria com um grupo de indígenas pelas aldeias vizinhas para ampliar o número de convertidos, fundando normalmente as reduções em aldeamentos indígenas pré-existentes (Parellada, 2018).

Chmyz e Sauner (1971) realizaram levantamentos sobre a importância do Peabiru para a exploração do território brasileiro e a implementação de algumas cidades e reduções jesuíticas. Uma delas é a missão de Nossa Senhora da Conceição, na região de Guaíra, estabelecida por Montoya em 1628 (Chmyz, Sauner, 1971). Esta missão ficava nas proximidades do rio Piquiri, adjacente às minas de ferro de Tambo. Os autores afirmam que os restos da missão e da mina possivelmente estão na área de escavação arqueológica próxima aos rios Cantu e Carajá. Outro fato levantado pelos autores é que nas matas perto da foz do rio Cantu são encontradas laranjeiras bravas e bananeiras, indicativos da presença europeia, achados em outros sítios arqueológicos do Paraná, ressaltando que a prospecção sobre o Peabiru rumava em direção à foz do rio Cantu e passaria próxima a esta missão (Chmyz, Sauner, 1971, p. 31).

A partir de 1611 com a publicação de *Ordenanzas de Alfaro*, que tinha como objetivo tentar diminuir os abusos praticados com indígenas na extração de erva-mate pelos espanhóis através do sistema de *encomiendas*, que a administração das missões passam a Antonio Ruiz de Montoya, e este chega até o Guairá (Parellada, 2018).

As missões reuniam em si um grande número de famílias, como é o caso da Missão *San Ignacio* onde havia 850 famílias Guaranis, sendo que 500 crianças estudavam no colégio, situado ao lado da igreja (Parellada, 2018). Segundo a autora, morando em *San Ignacio e Loreto*, havia cerca de 8.000 indígenas, que possuíam igrejas e casas consideradas admiráveis, áreas de plantações de videiras, cana de açúcar, milho, batata, amendoim e mandioca, de criação de gado, ovelhas e cabras (Parellada, 2009 apud Parellada, 2018, p. 341) .

Há mais informações apontadas por Parellada (2018) acerca do dia a dia nas missões e de certo sucesso para os jesuítas. Em 1619, na missão de Loreto, foi criada uma escola de canto coral, música e dança, a partir da chegada do Padre

Jean Vaisseua. E os padres Claudio Ruyer e Louis Berger fundadores de *Santa Maria La Mayor*, também ensinavam música, bem como haviam aulas de escultura, pintura e arquitetura.

De acordo com a autora (Parellada, 2018) em relatos das visitas do Padre Nicolau Duran ao Guairá entre 1626 e 1627, o êxito da Companhia Ihe causou admiração, em suas palavras ao visitar as igrejas decoradas com flores e com e outras invenções pareciam “um retrato do céu”.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho de conclusão de curso buscou valorizar o patrimônio imaterial dos povos originários da América, através da caracterização dos vestígios da antiga rede de Caminhos do Peabiru, a fim de averiguar o potencial do mesmo em relação aos critérios de patrimônio definidos pela UNESCO. Bem como realizou a caracterização da presença da missão de *Nuestra Señora de Encarnación* no município de Ortigueira, e como esta conjunção de elementos valoriza a história local.

5.1 Características geoarqueológicas de Ortigueira.

Atualmente, Ortigueira como parte do território paranaense, localizada na região centro oriental do Paraná, segundo o IPARDES (2024) vem sendo explorada principalmente pela indústria, com a extração de minerais não metálicos, e mecânica. Outra atividade econômica que exerce influência no município segundo o IPARDES (2024) é no ramo da agropecuária, e estima-se que em valores nominais a produção agropecuária bruta do município foi de R\$ 844.879.900,04 em 2022, enquanto que a renda média domiciliar per capita no município é de R\$ 391,50, com uma população estimada de 21.783 habitantes, e com cerca de 13.793 habitando em área rural (IPARDES, 2024).

Em relação ao turismo em Ortigueira os dados fornecidos pelo IPARDES (2024) demonstram que o turismo na região ainda é pouco explorado, tendo apenas 1 Acampamento Turístico e 3 Meios de Hospedagem, e gera um total de 166 empregos no município. Com relação a aspectos hidrográficos, segundo o Instituto Água e Saneamento (2019) a principal bacia hidrográfica de Ortigueira é a do rio Tibagi. Sobre os às características geológicas, segundo o IAT (2006) o município

está localizado no segundo Planalto Paranaense, dentro da Bacia Sedimentar do Paraná, com parte da geologia pertencente ao Grupo Passa Dois.

Com relação aos aspectos arqueológicos, constatou-se que após o trabalho realizado na Usina Hidrelétrica Mauá construída no rio Tibagi entre Ortigueira e Telêmaco Borba, segundo informações sobre Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico disponibilizadas pela Copel após a conclusão do projeto, estima-se que durante o resgate arqueológico para instalação da usina, desde 2009 foram resgatadas mais de 50 mil artefatos. Segundo Fogolari (2013) no relatório final do resgate arqueológico da usina, chegou-se ao resultado de 35.480 fragmentos cerâmicos e 17.716 líticos demonstrando o potencial arqueológico de Ortigueira e Telêmaco Borda, que foram os municípios afetados pelo empreendimento.

De acordo com a Copel na área do reservatório da Usina foram encontrados cerca de 104 sítios arqueológicos, e segundo as pesquisas de resgate arqueológico também foram encontradas casas subterrâneas da Tradição Itararé, assim como foram recolhidos estruturas de fogueiras, cinzas, restos de alimentos, fragmentos cerâmicos e de carvão e urnas funerárias. Em detrimento da quantidade de artefatos arqueológicos, já nesta edição da revista digital Copel Informações, previa-se um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmados entre representantes da Copel e da Eletrosul – integrantes do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul –, do Ministério Público Federal, do Iphan e do Instituto Ambiental do Paraná, prevendo a criação de um Museu do Território, que contaria com núcleos museais em 14 municípios, dentre eles, Ortigueira. Para além disso, no TAC, estavam previstas atividades de pesquisa, extensão, em Arqueologia e Educação Patrimonial, por meio de parcerias com universidades, para que fosse possível a publicação de estudos inclusive nas línguas das comunidades indígenas locais.

Além disso, especificamente no município de Ortigueira, em 2012 ocorreu outra investigação arqueológica para instalação da fábrica de celulose e papel e linha de transmissão de energia elétrica da Klabin. Após o projeto, estão cadastrados no IPHAN (2012) o sítio arqueológico Arvorezinha, em que foram recolhidos 45 fragmentos de cerâmica simples (5 bordas), e 11 materiais líticos, incluindo 1 alisador de arenito pertencentes também à Tradição Itararé, grupos

estes, que já foram relacionados como aqueles criaram as vias do Caminho do Peabiru e também se utilizavam da rota (Chmyz, Sauner, 1971).

Estes artefatos arqueológicos encontrados na região de Ortigueira demonstram sua ocupação antiga pelos povos tradicionais muito antes da vinda europeia ao continente, e sabe-se que o mesmo local pode sofrer com reocupação de diversos grupos indígenas o que poderia explicar o fato de que a missão de *Nuestra Señora de Encarnación* ter sido uma missão de indígenas Guaranis segundo Parellada (2018).

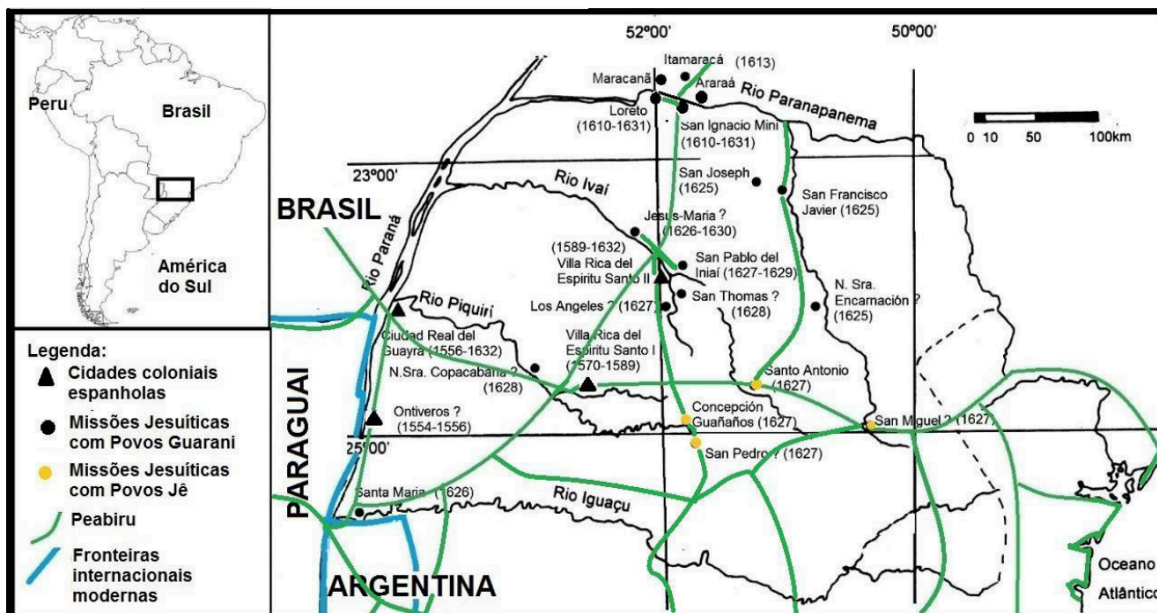
5.1.3 *Nuestra Señora de Encarnación* e o Peabiru em Ortigueira.

A contextualização arqueológica, histórica e geográfica das expedições e missões jesuíticas permitiu estabelecer parte da localização da rede de caminhos do Peabiru. Deste modo, fica evidente que a comprovação de sua existência ocorre em consonância com a colonização do continente por meio desses vestígios históricos escritos que somam-se às evidências arqueológicas que tornam possível a caracterização do caminho primeiro na América do Sul, depois no Brasil, em seguida no Paraná e por fim, com sua possível passagem pelo município de Ortigueira seguindo o curso do rio Tibagi. Nesse sentido, não há dúvidas da passagem do caminho pelo município. O que coincide com os apontamentos de Maack (2012) que o percurso do caminho poderia ser traçado a partir da hidrografia, e que foi utilizado para construção de missões jesuíticas que também instalavam-se próxima aos rios (Chmyz; Sauner, 1971) (Chmyz, 1999).

Nas cartas do padre Antonio Ruiz de Montoya são relatados seus trabalhos na fundação das missões do Guairá. A partir da intensificação das bandeiras, em 1622 a fundação de reduções cresce mais ainda, na tentativa dos jesuítas formarem mais bases de acolhimento aos indígenas, os fortalecendo dentro do território (Shallenberger, 1997). Deste modo, seguindo pelo vale do rio Tibagi, fundam em 1625 Montoya e Mendonza a missão de *Encarnación*, que encontra-se em um dos ramais secundários do Peabiru no Paraná (Shallenberger, 1997). É possível abordar a relação entre o Peabiru e as missões, a partir dos apontamentos feitos por Parellada (2021) de que existiam diferentes aldeias, roças, cemitérios, vilas e missões localizadas junto ao Peabiru, que funcionavam como base de suporte ou

abrigo para pessoas ou expedições em trânsitos (Figura 14 - O Caminho do Peabiru, Reduções e Vilas).

Figura 14 - O Caminho do Peabiru, Reduções e Vilas segundo Parellada (2021).



Fonte: PARELLADA, C. I. Arqueologia do Peabiru: entrelaçando caminhos e conflitos. **Revista Habitus**. Goiás, v. 19, nº 2, p. 276-301, Ago/Dez 2021.

Nas cartas de Antonio Ruiz de Montoya (1639) são relatadas as andanças pelo Caminho de São Tomé e como eram guiados pelos indígenas por este caminho dentro do Guairá, assim como também Palacios (2018) retrata que este antigo caminho, de nome Peabiru, foi muito utilizado para fundação das missões.

A missão de *Encarnación* é fundada no vale do rio Tibagi em seguida da missão de *San Francisco de Xavier*, que segundo o religioso chegou a ter cerca de 1.500 indígenas morando nela (Montoya, 1639) demonstrando o quanto foram numerosas em população as missões instaladas no Paraná, e reuniram uma quantidade muito expressiva de indígenas nela. Nesse sentido, *Encarnación* recebe uma sessão especial nos relatos das cartas de Montoya porque segundo o padre teve grande sucesso.

De acordo com Montoya (1985) o sucesso obtido em *Encarnación* dava-se em razão dos problemas superados em relação à mortalidade infantil de indígenas, principalmente durante o parto, que por vezes levava à morte da mãe. Relata sobre

a melhoria das roças e como as crianças e demais moradores passaram a alimentar-se bem, o que atraiu mais famílias à missão, e devido ao número expressivo necessitaram mudar-se de local para que fosse possível ampliar a área de cultivo a fim de que atendesse a demanda de moradores (Shallenberger, 1997). Deste modo, de acordo com Lozano (1754) *Encarnación* chegou a ter cerca de mil e quinhentas famílias morando nela. Lozano (1754), ainda relata que Montoya e Mendonza procuravam informações sobre São Tomé nas Américas e sentiam que estavam cumprindo parte da profecia deste apóstolo ao ter sucesso nas missões, e que o bom acolhimento nesta província era por consequência dos indígenas terem conhecimento deste apóstolo que haveria aberto o Caminho do Peabiru, e por esta razão recebiam bem os padres.

Segundo Vieira (1995) a missão de *Encarnación* foi transferida dois anos após ser fundada, para mais longe de *San Francisco de Xavier*, cerca de dois a quatro dias de caminhada, mas ainda nestas áreas do rio Tibagi, em uma localidade com a presença de vegetação de campos e matas de araucária.

De acordo com Oliveira (2003, p.96) muito do sucesso de *Encarnación* é em virtude dos indígenas que habitavam estas áreas, que poderiam ser denominados de “*cabelludos, camperos ou coronados*, os quais desejam a presença dos padres em suas terras”.

Não há até o momento desta pesquisa trabalhos de caracterização do sítio arqueológico desta missão e localização exata. No entanto, o relato de sua localização dentro do Distrito de Natingui, em Ortigueira-PR, é fornecido por algumas fontes. A primeira, é fornecida por Pastells (1912) que reúne a história da Companhia de Jesus na Província do Paraguai, por meio dos arquivos gerais das Índias, relatando que a missão de *Encarnación* foi fundada pelo padre Antonio Ruiz de Montoya no território de Natingui, e Guedes (1994, p.71) levanta que a localização aproximada de *Encarnación* seria no alto Tibagi no território de “Nautingui” (Figura 15 - Localização aproximada das Reduções segundo Guedes 1994).

Figura 16 - Materiais arqueológicos encontrados na propriedade no Natingui.





Fonte: VALCAMONICA, M. (2024).

Outras informações sobre *Encarnación* também são expostas no relatório arqueológico preliminar da Usina Hidrelétrica de Mauá. Segundo Parellada (2012), no sítio Torre de Vigilância da Campina, foi caracterizada mais de uma ocupação de populações Guarani, e que este local poderia ter sido um *pueblo* espanhol, organizado a partir da cidade de *Villa Rica del Espiritu Santo* ou a segunda fundação da missão jesuítica-Guarani de *Nuestra Señora de Encarnación*. Esta constatação é feita pois os fragmentos cerâmicos coletados possuem características de influência europeia, como “incisões com desenhos florais, lábios entalhados e bases em pedestal, além da maior parte da cerâmica ter engobo vermelho em ambas as faces” (Parellada, 2012, p.66). Segundo a autora, neste sítio foram recuperados 168 fragmentos cerâmicos com a restauração e 24 fragmentos líticos. A seguir são apresentadas imagens de parte dos materiais coletados (figura 17 - Materiais arqueológicos da Torre de Vigilância).

Figura 17- Materiais arqueológicos da Torre de Vigilância da Campina.



Fonte: PARELLADA. C. I. **Relatório do diagnóstico preliminar, 2003, levantamento e nova documentação fotográfica, 2012, do acervo recuperado no estudo prévio à Usina Hidrelétrica Mauá, vale do rio Tibagi, Paraná, Brasil.** Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Cultura e Museu Paranaense. Curitiba, 2012.

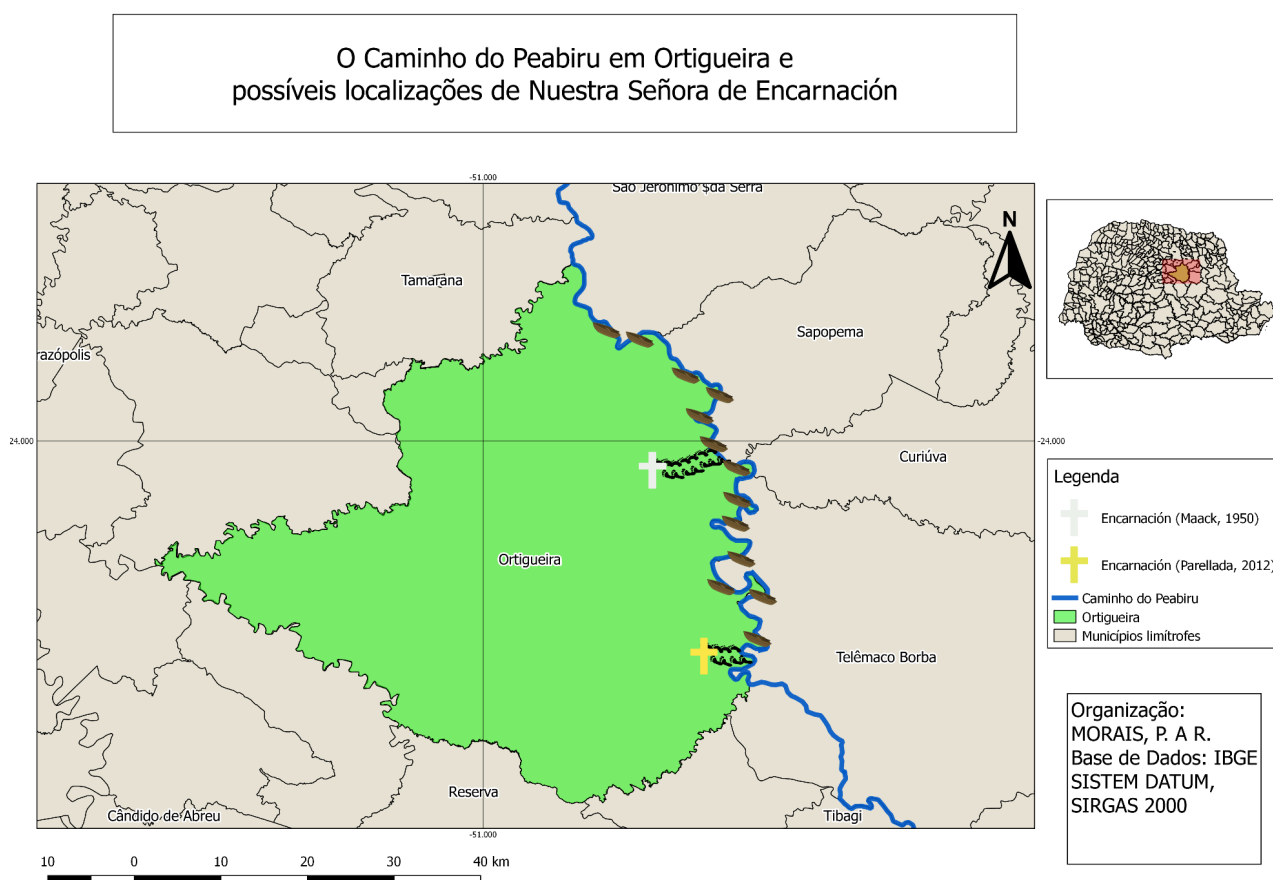
Em suma, as missões chegaram ao fim no Guairá a partir do massacre promovido pelos bandeirantes com muita crueldade aos indígenas e padres. Segundo Maack (2012), pelo crescimento e sucesso na catequização dos indígenas houve o interesse na criação de um Estado teocrático independente, o que levou os jesuítas a entrarem em um conflito direto com espanhóis e portugueses.

De acordo com Maack (2012), particularmente os bandeirantes paulistas reconheceram a ameaça deste novo estado, que dificultaria principalmente a expansão portuguesa para o interior do continente. O maior golpe feito aos jesuítas foi por Antonio Raposo Tavares a partir de 1628, com uma bandeira de 3.000

portugueses e 900 mamelucos. Segundo Maack (2012, p.88) Raposo Tavares “penetrou o planalto paranense através do valo do rio Ribeira, e transpôs o rio Tibagi e destruiu uma redução após outra, como as localidades de Santo Antônio, Encarnação, Los Angeles, entre outras aldeias”.

Desse modo, elaborou-se um mapa do município de Ortigueira tendo o traçado do Caminho do Peabiru seguindo o curso do rio Tibagi, a partir do mapa de Maack (2012) com base no itinerário de Ulrich Schmidl, e do mapa feito por Parellada (2021). Também foram apontadas as duas prováveis localizações da missão mencionadas neste trabalho, indicado por Maack (1950) e por Parellada (2012) a partir das cerâmicas encontradas no sítio Torre de Vigilância da Campina (Figura 18 - O Caminho do Peabiru em Ortigueira e possíveis localizações para *Nuestra Señora de Encarnación*).

Figura 18- O Caminho do Peabiru em Ortigueira e possíveis localizações de *Nuestra Señora de Encarnación*.



Fonte: A autora (2024).

5.1.4 O Caminho do Peabiru em Ortigueira como patrimônio imaterial

Tendo postas todas informações acerca do caminho levantadas durante as expedições de exploradores e implementação das missões, e apontamentos sobre Nuestra Señora de Encarnación, como parte dos objetivos deste trabalho, nesta seção será debatido o Peabiru sob a ótica de patrimônio a partir de Ortigueira e sua importância enquanto símbolo identitário.

Para que se possa realizar as discussões do Caminho do Peabiru sob a ótica de patrimônio é necessário também detalhar mais alguns possíveis usos do caminho para além do período pré-colonial e colonial.

Chmyz e Sauner (1971) mencionam outras incursões que utilizaram o Peabiru com finalidades diversas, como o caminho das tropas no Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX. Os autores, ao estudar os relatos de uma antiga rota que ligava Ponta Grossa a São Paulo e mapear os sítios arqueológicos relacionados ao Peabiru, notam que esses sítios coincidem com a rota dos tropeiros.

Quanto aos usos modernos do traçado indígena, Parellada (2021) afirma que a partir da construção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1889, suas estradas foram ampliadas usando trechos antigos do Peabiru para conectar outras regiões do Paraná. Outros usos são levantados por Bond (2004), sugerindo que alguns trechos da BR-101, entre Florianópolis e Barra Velha, podem ter aproveitado o leito de um antigo caminho indígena, possivelmente o Peabiru.

Em posse destas informações, prosseguiu-se com a análise dos potenciais do caminho para que fosse discutido enquanto patrimônio, em conformidade com a legislação do IPHAN. Segundo as definições de patrimônio mundial estabelecidas pelo IPHAN, na "Cartilha Patrimônio Mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial", o Patrimônio Cultural Mundial se divide em: monumentos, conjuntos e lugares. Os monumentos são descritos como "obras arquitetônicas, de escultura ou pinturas monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos" (IPHAN, 2008, p. 11). Os conjuntos são definidos como "grupos de construções, isoladas ou reunidas" (IPHAN, 2008, p. 11), e os lugares como "obras do homem ou obras conjuntas do

homem e da natureza, assim como áreas, incluídos os lugares arqueológicos" (IPHAN, 2008, p. 11). Para serem considerados patrimônio, todos devem apresentar Valor Universal Excepcional.

Na mesma cartilha, no tópico "Os Critérios de Valoração do Patrimônio Mundial: o Valor Universal Excepcional como parâmetro", são elencados dez critérios que podem justificar o tombamento de um bem como patrimônio mundial:

- (i) Representar uma obra-prima do gênio criador humano; (ii) Testemunhar um intercâmbio significativo de valores humanos, durante um período ou em uma área cultural específica, nas esferas da arquitetura, tecnologia, artes monumentais, planejamento urbano ou criação de paisagens; (iii) Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou civilização viva ou extinta; (iv) Ser um exemplo representativo de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre períodos significativos da história humana; (v) Ser um exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou uso da terra ou do mar, especialmente quando essas práticas foram afetadas por mudanças irreversíveis; (vi) Estar associado diretamente a eventos, tradições, ideias ou crenças de importância universal excepcional; (vii) Representar fenômenos naturais ou áreas de beleza natural e importância estética excepcional; (viii) Ser um exemplo representativo de grandes fases da história da Terra, incluindo processos geológicos ou geomórficos significativos; (ix) Ser um exemplo representativo dos processos ecológicos e biológicos em curso na evolução de ecossistemas e comunidades de plantas e animais; (x) Conter habitats naturais representativos e importantes para a conservação da biodiversidade, especialmente de espécies ameaçadas de extinção (IPHAN, 2008, p. 16-17).

No terceiro capítulo da cartilha, "As categorias de bens culturais para fins operativos: compreendendo as diferenças", são descritas as categorias de bens culturais, como paisagens culturais, cidades e centros históricos, canais e itinerários culturais. A definição de itinerários culturais é significativa para esta pesquisa, já que estes são compostos por "elementos materiais que possuem valor cultural, em função dos intercâmbios e diálogos multidimensionais entre países ou regiões, ilustrando a interação do movimento no espaço e no tempo" (IPHAN, 2008, p. 28).

Além disso, foi iniciado o levantamento dos caminhos já tombados pela UNESCO. Ao acessar a lista de itinerários reconhecidos como Patrimônio Mundial, verificou-se que cerca de 100 países possuem itinerários reconhecidos. No recorte

da América Latina e Caribe, 16 países têm rotas reconhecidas, sendo duas transfronteiriças, como as estradas Incas, Qhapac Ñan, reconhecidas na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

Segundo a UNESCO (2014), Qhapac Ñan é um sistema de estradas e estruturas com mais de 30.000 quilômetros de extensão, com seu auge no século XV. A rede principal origina-se na praça central de Cusco e se conecta a 137 áreas componentes e 308 sítios arqueológicos associados. Os critérios usados pela UNESCO (2014) para reconhecer as rotas Incas incluem a importância na comunicação, troca de bens e saberes, além de representar um testemunho único da sociedade Inca. O que se torna preponderante, visto que o Peabiru se relaciona com as Qhapac Ñan, pelo fato de que a partir de Potosí o caminho brasileiro se conecta diretamente com as estradas incaicas (Parellada, 2021).

Ao comparar os critérios da UNESCO (2014) com as características históricas e geográficas do Peabiru, percebe-se uma familiaridade entre o itinerário brasileiro e o Qhapac Ñan. Dos critérios que foram considerados pela UNESCO (2014) para tornar as rotas Incas como Patrimônio Cultural Mundial, foram considerados os processos de comunicação, troca de bens e tradições culturais. A integração dos saberes ancestrais andinos bem como as especificidades das comunidades andinas. As estradas possibilitaram um sistema organizacional daquela sociedade, que permitia um ordenamento estatal para realização destes intercâmbios de valores sociais, políticos e econômicos dentro do império. O próximo parâmetro, é que as Qhapac Ñan são um testemunho excepcional e único da civilização Inca, sendo a rede viária o que dava sustentação para o império. O terceiro, leva em consideração que a partir das estradas e estruturas conservadas, se tem um relictos de uso tecnológico das antigas civilizações que era capaz de lidar com as condições geográficas do terreno criando um sistema de comércio contínuo e funcional. E por fim, o fato de que o sistema de estradas possuía papel essencial no modo de organização daquela sociedade ao longo de uma grande área geográfica dos Andes. Nesse sentido, o Peabiru também testemunhou intercâmbio de bens e tradições culturais entre diferentes povos, facilitando a comunicação e locomoção evidenciados nas sessões anteriores. Embora careça de trechos preservados como os das estradas Incas, o Peabiru foi crucial para o desenvolvimento de diferentes sociedades ao longo da história, segundo Parellada (2021, p. 284) “é importante destacar que diferentes povos originários, com

diversidade de línguas e culturas, transitavam nesses caminhos, com acesso mais rápido entre aldeias, configurando-se, portanto, também em espaços de sociabilidade”. Logo, o caminho permitia a conexão funcionamento contínuo de diferentes etnias para o desenvolvimento de cada aldeia, evidenciando a organização dos povos originários para locomover-se dentro de uma vasta área geográfica também. No sentido de possuir estradas conversadas, sendo um testemunho do uso tecnológico das antigas sociedades, o Peabiru carece de trechos melhores preservados. Entretanto, não exclui o fato de que através dos estudos levantados o Peabiru cobria uma grande extensão dentro do Paraná, e foi fonte essencial dos modos reprodução de diferentes sociedades, em diferentes períodos históricos, tendo seu processo, forma e função ressignificados e com alguns trechos mapeados e ainda preservados no Paraná (Chmyz, Sauner, 1971). Deste modo, Parellada (2021, p.283) afirma que “também existiam diferentes aldeias, roças, cemitérios, vilas e missões religiosas que se localizavam junto ao Peabiru, e muitas vezes funcionavam como base de suporte, abrigo e apoio para as pessoas e/ ou expedições em trânsito”. Sendo assim, em diferentes momentos possuiu grande importância para o intercâmbio dos povos originários, não como organização estatal homogênea como o Império Inca, mas ainda assim atuava na organização e locomoção dentro do território e posteriormente no período colonial auxiliou no povoamento e locomoção dentro da colônia.

Enquanto potencial de Patrimônio Cultural Mundial, o Peabiru se encaixa na definição de "lugares", sendo uma obra conjunta do homem e da natureza. O trajeto é caracterizado por sua adaptação à topografia e relevo, perceptível através dos apontamentos de Chmyz e Sauner (1971), onde trechos bem definidos da rota são encontrados em zonas de mata, mantendo a estrutura bem definida de um caminho, tal qual os relatos do padre Antonio Ruiz de Montoya (1639), enquanto que Parellada (2021, p.282) afirma que para a definição do traçado da rota milenar “as direções e as topografias preferenciais para abertura das trilhas do Peabiru teriam sido em altos topográficos e/ ou divisores de água, que possibilitavam percorrer boa parte dos caminhos indígenas mesmo em tempos mais chuvosos”. Também são apontados pela autora que em trechos com necessidade de travessia de rios as corredeiras eram evitadas, e o trecho concentrava-se no estreitamento dos leitos dos rios como o caso do apertados rochosos no baixo rio Piquiri, (Parellada, 2013) como também na parte superior e/ ou inferior de cachoeiras, como no Salto Paiquerê, junto

ao rio Goioerê, e nas Cataratas do Iguaçu (Parellada, 2021) elucidando a conjunção entre uma obra do gênio criador humano e a natureza. E adentrando o critério utilizado para tombamento das Qhapac Ñan de ser uma rede de estradas e caminhos capazes de lidar com as condições geográficas do terreno.

Associados ao Peabiru são encontrados inúmeros sítios arqueológicos apontados anteriormente por Chmyz e Sauner (1971) e Parellada (2021), encaixando-se em mais um critério da definição de “lugares” trazida pelo IPHAN. Nesse sentido, dos 10 critérios apresentados como Valor Universal Excepcional, é possível caracterizar o Peabiru ao menos em 5 destes. A vistas disso, a estrutura criada para execução da rota a partir do entendimento da topografia, relevo e hidrografia, abarca o primeiro critério de “(i) representar uma obra-prima do gênio criador humano;” (IPHAN, 2008, p. 16). Enquanto itinerário cultural, mais elementos o tornam relevante, visto que nesta mesma pesquisa foi levantado seus usos e importância ao longo dos séculos, comprovando o intercâmbio humano, ao longo de suas rotas, favorecendo o estudo do comportamento das antigas culturas que viviam no Paraná, que já não existem, a partir dos sítios arqueológicos Jês encontrados em Ubatã - PR (Chmyz, Sauner, 1971). Em vistas disso, o intercâmbio entre diferentes povos, para além dos diferentes grupos que utilizaram-se do caminho durante muito tempo, pode ser comprovado a partir do machado incaico, mostrado a Estevão Fróis em 1514 pelos indígenas Charruas, no estuário da Prata, muito longe de qualquer província incaica (Bueno, 1998) evidenciando as trocas culturais e intercâmbio entre diferentes povos, sendo parte da tecnologia daquele momento, o que engloba mais um critério de valor excepcional, “(ii) testemunhar um intercâmbio de valores humanos considerável, durante um período concreto ou em uma área cultural do mundo determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;” (IPHAN, 2008, p. 16). Mais ainda, consegue encaixar-se enquanto formas tradicionais de assentamento humano, presente no critério número 5, “(v) ser um exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem com o seu meio, sobretudo quando este tornou-se vulnerável devido ao impacto causado por alterações irreversíveis;” (IPHAN, 2008, p.16). Até aqui os apontamentos de Chmyz e Sauner (1971) e Parellada (2021), já evidenciaram o suficiente que o Peabiru é um exemplo relevante das formas de assentamento

populações tradicionais da América do Sul, e como o mesmo foi utilizado por várias culturas pré-colombianas, das quais muitas nem existem mais. Nesse sentido, abarca o próximo critério “(iii) fornecer um testemunho único ou excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;” (IPHAN, 2008, p.16). Neste caso, as primeiras populações já mencionadas, (Chmyz, Sauner, 1971), ou fruto das primeiras rotas das populações de caçadores-coletores mencionadas por Parellada (2005). Por fim, o quinto critério possível de caracterizar o Peabiru é: (vi) “estar direta ou materialmente associada a acontecimentos ou tradições vivas, idéias, crenças ou obras artísticas e literárias que têm um significado universal excepcional. (O Comitê considera que este critério deva ser utilizado preferentemente de modo conjunto com os outros critérios)”. (IPHAN, 2008, p.17) A rota milenar também está associada a uma tradição ainda viva, e com significados latentes em suas crenças, neste caso os Guaranis. Segundo Parellada (2021), os povos Guaranis consideram esta rede de caminhos sagrada, denominando esta rota, como Tape Porã, que poderia levar a Terra Sem Males, fatos que são narrados pela líder Mbya Guarani Juliana em seu artigo. Ao mesmo tempo que no período colonial, foi denominado pelos espanhóis como o Caminho de São Tomé (Parellada, 2021), com a crença que o apóstolo de Cristo teria estado nas Américas e aberto este caminho, acrescentando mais um significado ao Peabiru, enquanto está sendo debatido sob a ótica de ideias ou crenças.

O levantamento desta etapa da pré-história paranaense, é o que traz a luz estas temáticas pouco debatidas, pois segundo Barreto (2000) a arqueologia possibilita a compreensão e uma certa identificação ou, então, rejeição dos brasileiros para com suas raízes indígenas, já que tais raízes “não correspondem” aos ideais desejados para a construção de uma identidade nacional brasileira.

Nesse sentido, cresce a razão para a patrimonialização dos relictos deste antigo caminho, porque nas palavras de Freitas (2015, p.33) “o Patrimônio Cultural é a garantia de sobrevivência social dos povos, porque é produto e testemunho de sua vida”. Garantir a preservação e patrimonialização é garantir a memória dos espaços, e “a memória é a garantia de nossa própria identidade, o podemos dizer ‘eu’ reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos” (Chauí, 1998, p. 158). Sendo assim, garantir a memorização destes povos é o que Chauí (1998) chama de presentificação do passado, ou seja, trazer para o hoje, um itinerário que foi quase que completamente apagado, mas que comprovadamente teve

fundamental importância para os povos originários e posteriormente durante o colonialismo, garantindo assim a permanência de sua memória dentro da sociedade brasileira. Chauí (1998) levanta em seu livro uma série de tipos de memórias, e uma delas é a memória social ou histórica, que é fixada na sociedade através dos mitos fundadores, relatos, registros, documentos, monumentos, fatos e lugares que dão significado à vida coletiva. Levando em consideração tudo levantando até aqui, a fixação do Peabiru enquanto patrimônio, eleva seu peso enquanto memória social histórica, a partir dos vários mitos fundadores que o rodeia, relatos, registros e documentos históricos, e inúmeros municípios do Paraná, dos quais através de prospecções sabe-se que este passava, elucidando os lugares. É notória a importância histórica desta rota indígena, para a exploração do território e mais ainda para os povos indígenas antes dos europeus. É a consolidação do Peabiru enquanto patrimônio cultural que permite que a memória do passado indígena permaneça viva já que a séculos sofre com assimilações e apagamento.

Segundo Chauí (1998) a “memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo)”. Vale ressaltar os conceitos de identidade, pertinentes a esta pesquisa, e que fortalecem o tombamento do Caminho de Peabiru. Segundo Castells (2003), identidade pode ser entendida como o processo de construção de significados com base em um atributo social, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados os quais prevalecem sobre outros significados. Assim sendo, para Castells (2003), identidade não é algo fixo ou inato, mas sim um processo dinâmico de construção de significado. Identidade é construída com base nas relações entre o sujeito e seu ambiente social e cultural. `A vista disso, as identidades são moldadas pelos atributos sociais com os quais elas se identificam e pelos quais é reconhecida pelos outros. Como por exemplo, etnia, gênero, classe social, nacionalidade, entre outros, influenciando como determinados sujeitos se veem e são vistos. Sendo assim, os atributos culturais interrelacionados, como valores, crenças, e práticas coletivas auxiliam a moldar a identidade, como ela se encaixa ou se distancia de determinados grupos. Ainda assim, em determinados contextos históricos certos atributos sociais prevalecem sobre outros, certas identidades são mais proeminentes ou valorizadas que outras, como é o caso da identidade indígena, o “ser” indígena. Por conseguinte, Castells (2003), ainda levanta três formas de origem de construção de identidades, uma delas, são as

identidades de resistência, definidas como atores que se encontram em posições de desvalorização ou estigmatizadas pela lógica dominante, que encontram como forma de resistir princípios que vão de encontro às instituições da sociedade, ou até mesmo opostas e estes. Nessa perspectiva, o que se entende como identidade indígena enquadra-se como identidades de resistência, ao modo que sofreram com genocídio e quase completo apagamento. Enquanto que, pela lógica dominante de sociedade, o funcionamento de comunidades indígenas vai de encontro às práticas destas, resistindo durante muito séculos.

Daí a importância da preservação e patrimonialização do Caminho do Peabiru sendo clara sua construção diretamente atribuída aos povos tradicionais, que se enquadram como identidades de resistências, permitindo certa elevação de sua história e cultura dentro de 4 estados brasileiros, sobretudo no Paraná que concentra boa parte de sua extensão territorial e em destaque para Ortigueira, município de enfoque desta pesquisa. Mais ainda, fortalece a conexão do ortigueirense com o passado pré-colombiano, e moldando mais um aspecto de sua identidade com mais este atributo social, engajando-se em prol dos povos indígenas. O Patrimônio Cultural também destaca-se como recurso importante na valorização da memória e da identidade das comunidades, promovendo desta maneira a auto-estima (Freitas, 2015) . Fato é que o Peabiru em termos de extensão territorial, perpassava o Paraná de leste a oeste, sem contar os ramais que se estendiam pelo estado, e possivelmente por Ortigueira. Por fim, após esse apanhado histórico e demais informações do Peabiru que vem sendo abordadas por diferentes autores, que a sua patrimonialização propagaria a valorização destes locais e da identidade indígena, neste sentido, em Ortigueira, município de enfoque nesta pesquisa.

Segundo Nigro (2001):

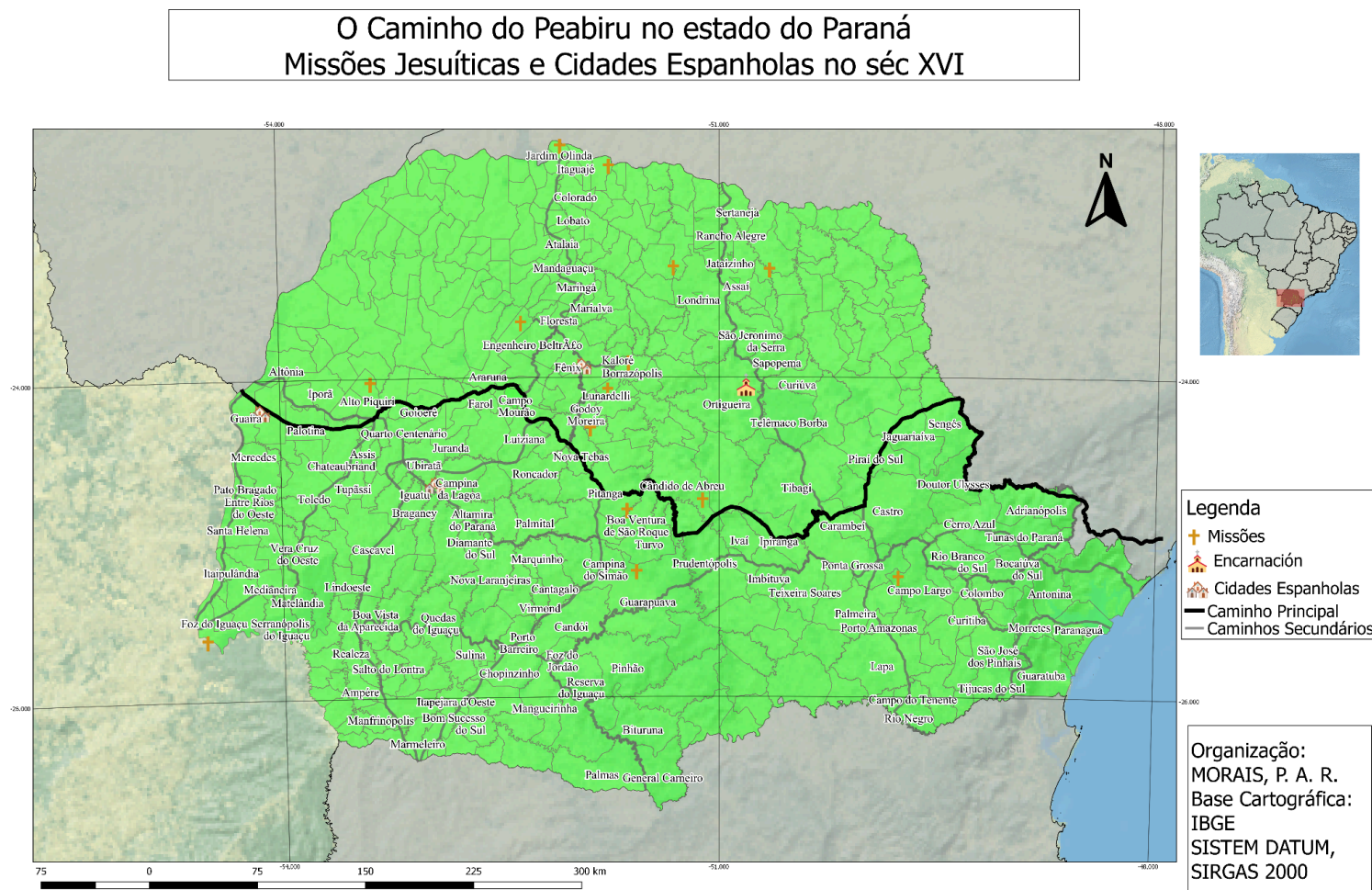
A consagração oficial que transforma alguns bens culturais em bens patrimoniais lhes confere um efeito de diferenciação social fazendo com que novos significados lhes sejam atribuídos. Com isso processam-se novas valorizações do espaço e por conseguinte novos usos e vivências com os bens tombados e com a cidade. (Nigro, 2001, p. 47).

Nesse sentido, para além de novas valorizações do espaço, o reconhecimento do Peabiru enquanto patrimônio traz novas interações sociais a partir da convivência com bens tombados, elucidando a memória indígena e provocando o paranaense, a criar esta identidade ligada a um passado

pré-colombiano pouco lembrado, visto que segundo a análise de Castells (2003) identidades não são estáticas, elas podem ser construídas e reconstruídas, fortalecendo cada vez mais o que “é ser ortigueirense” sob novas perspectivas. A elevação do Caminho do Peabiru enquanto Patrimônio Cultural Mundial é de suma importância para os povos tradicionais e o desenvolvimento de uma identidade territorial que se reconhece com seu passado indígena, visto que existe uma carência muito grande de símbolos que remetem aos povos tradicionais, permitindo não só a valorização de municípios como Ortigueira, mas também a estas comunidades.

Deste modo, como finalização desta pesquisa e com intuito de contribuir para pesquisas futuras sobre o Peabiru, após o levantamento dos locais de passagem do caminho e seus possíveis ramais secundários, a autora elaborou um mapa do Caminho do Peabiru no estado do Paraná, associado às missões jesuíticas e cidades espanholas no século XVI (figura 19 - O Caminho do Peabiru no estado do Paraná, missões jesuíticas e cidades espanholas do séc XVI). Este mapa, foi feito após a demarcação dos diferentes municípios apontados pelos autores citados neste trabalho, através das expedições que trilharam o caminho, e em comparação a outros mapas como de Maack (2012); Colavite e Barros (2009) e Parellada (2021) pela demarcação do caminho e missões.

Figura 19 - O Caminho do Peabiru no estado do Paraná, missões jesuíticas e cidades espanholas no séc XVI. Fonte: A autora (2024).



Fonte: A autora (2024).

O mapeamento do Caminho do Peabiru no estado do Paraná e em Ortigueira, evidencia a abrangência geográfica e a importância histórica-cultural deste itinerário milenar. Reforçando sua relevância como parte da herança cultural indígena e como elemento crucial para o desenvolvimento das rotas de comunicação e intercâmbio na América do Sul em tempos pretéritos. O levantamento de ramais e a análise de sua trajetória trazem à tona não apenas aspectos geográficos, mas também o valor cultural e social que o caminho representava para as sociedades que o utilizaram ao longo dos séculos. Esses dados, sustentam a necessidade de sua preservação e reconhecimento como patrimônio cultural, fortalecendo as

identidades territoriais ligadas a essa rica história. E em consonância com o mapeamento das missões engaja pesquisas futuras em Ortigueira e acrescenta mais esse aspecto a sua história local pouco lembrada do Paraná espanhol.

Encaminhado-se para o fim destas discussões, estes dois elementos como possível localidade de missão de *Nuestra Señora de Encarnación* e passagem do Caminho do Peabiru em Ortigueira, em conjunto com a expressividade de material arqueológico coletado no município, segundo o IPHAN contando com 121 sítios caracterizados. Ortigueira dispõe principalmente de potencial educativo, à medida que através da educação promove a valorização destes bens.

Nesse sentido, essa valorização e incentivos a pesquisas nessa temática, podem beneficiar a comunidade indígena local, a Terra Indígena de Queimadas, do povo Kaingang com cerca de 692 habitantes (ISA, 2022). À medida que fortalecem sua identidade e mais pessoas conhecem sobre aqueles que são nativos de nosso continente e descendem daqueles apontados como criadores do Caminho de Peabiru (Chmyz, Sauner, 1971).

Por fim, a valorização do patrimônio vem a partir do reconhecimento de sua própria comunidade local, no caso de Ortigueira, a criação de um diálogo entre a população + comunidade indígena torna-se primordial. Pois segundo Murta e Albano (2002), uma comunidade que não reconhece seu patrimônio dificilmente saberá comunicar a importância do mesmo, seja para visitantes ou na sensibilização de operadores. Deste modo, interpretar o patrimônio e atribuir valor a ele, deve ser uma prática de discussão entre vários segmentos sociais sobre aquilo que torna seu lugar único e especial.

Logo, encoraja-se a partir da reunião destas informações, que estas sejam implementadas em ações educativas no ambiental formal e não-formal a fim de que haja a sensibilização. E o próprio Ortigueirense reconheça o valor de seu passado arqueológico, e atue em conjunto e defesa da comunidade indígena existente em seu município. Compreendendo tal comunidade enquanto identidade de resistência, e como a cooperação entre ambos contribui diretamente ao município. Deste modo, é necessário aprender a interpretar o patrimônio, que segundo Murta e Albano (2002), é o processo em que se acresce valor a experiência de quem irá conhecer Ortigueira, através da reunião de informações e representações que realcem

aspectos culturais ou ambientais do lugar. Tais informações reunidas nesta pesquisa que visa colaborar com o município. Levando aos moradores novas formas de descobrir e redescobrir seu lugar e o apreciá-lo, desenvolvendo atitudes preservacionistas, e por fim, despertar novas vocações e a possibilidade de trabalho, renda e turismo à medida que a valoração a estes elementos cresce (Murta, Albano, 2002).

Por fim, este é o tempo de despertar “entre nós a prática da interpretação do patrimônio para proporcionar o desenvolvimento cultural das comunidades e fortalecer o turismo sustentável” (Murta, Albano, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa contextualização geral do município somado aos dados em relação aos sítios arqueológicos e artefatos demonstram as potencialidades intrínsecas a Ortigueira. Este trabalho buscou resgatar e valorizar a importância histórica, cultural e geográfica do Caminho do Peabiru e da Missão Guarani *de Nuestra Señora de Encarnación*, evidenciando como esses elementos integram a identidade e o patrimônio do município de Ortigueira, Paraná. A pesquisa revelou o Caminho do Peabiru não apenas como uma rota de integração cultural, mas também como um importante corredor geográfico que conectava o Atlântico ao Pacífico, atravessando diversos ecossistemas e relevos, desde a Mata Atlântica até os Andes, facilitando a circulação de pessoas, bens e conhecimentos.

O estudo também destacou a relação entre a geografia e a ocupação do território, mostrando como as características físicas da região, como rios, serras e planaltos, influenciaram o traçado do caminho e a localização das reduções jesuíticas. A instalação dessas reduções nos arredores do Peabiru não foi aleatória, ela aproveitava a posição estratégica de rotas já utilizadas por populações indígenas, evidenciando um complexo uso do espaço geográfico que combinava aspectos culturais e naturais.

Deste modo, destaca-se a necessidade de mais pesquisas arqueológicas em Ortigueira que busquem a análise de materiais por meio de datação, que remetem a missão de *Encarnación*, e se possa obter a localização mais precisa de

onde a missão foi instalada, assim como pesquisas com o fim de encontrar remanescentes do Caminho do Peabiru no município.

A análise permitiu compreender como as paisagens moldaram e foram moldadas a partir da vinda europeia ao continente, e ressaltou a importância das rotas indígenas para o desenvolvimento das redes urbanas e da infraestrutura colonial no Paraná. Além disso, a pesquisa destacou o potencial de Ortigueira como um local de memória geográfica, cultural e histórica, cuja valorização pode fortalecer a identidade local e promover um maior engajamento com o patrimônio cultural. A compreensão dos caminhos históricos e das missões não apenas enriquece o conhecimento sobre o passado pré-colonial e colonial, mas também traz implicações para o presente, estimulando ações preservacionistas e educação patrimonial.

Por fim, este trabalho reforça a importância de reconhecer e preservar os vestígios do Caminho do Peabiru e das missões jesuíticas como símbolos identitários e marcos geográficos significativos. A preservação desses patrimônios não apenas resgata o valor histórico, mas também destaca a geografia como um fator crucial na formação de redes culturais e no desenvolvimento regional, impulsionando Ortigueira a se firmar como um exemplo de integração entre história, cultura e espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

- ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. Colônia 1500-1808. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2023. Disponível em: <https://www.fgv.br/capitanias-portuguesas-no-seculo-16>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- BAERLOCHER, D. *et al.* Old but gold: historical pathways and path dependence. **SSRN**, n. 96, p. 1-31, 2023.
- BOND, R. **A saga de Aleixo Garcia, o descobridor do Império Inca**. Belo Horizonte: COEDITA. 2004.
- BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degradados: as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 1998.
- BUENO, E; FAERMAN, M; PERSSON, M. **Cristóvão Colombo, Diários da Descoberta da América, As Quatro Viagens e o Testamento**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 1997.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHAUÍ, M. A memória. In: CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: **Editora Ática**, 2000. p. 158-164.

CHAUNU, P. **Historia de América Latina**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires. 1996.

CHMYZ, I; SAUNER, Z. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no Vale do Rio Piquiri. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 1971.

CHMYZ, I. et al. **Arqueologia da área prioritária projeto hidrelétrico tijuco alto, rio Ribeira, São Paulo, Paraná**. Curitiba: CBA-CEPA-FUNPAR, 1999.

CHMYZ, I. **Pesquisas arqueológicas nas reduções jesuíticas do Paraná**. In: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2000. Curitiba, Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFPR, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/23045225/PESQUISAS_ARQUEOL%C3%93GICAS_NAS_REDUC%C3%87%C3%95ES_JESU%C3%8DTICAS_DO_PARAN%C3%81. Acesso em: 19 de jun 2024.

COLAVITE, P. A; BARROS F. M. V. Geoprocessamento Aplicado a Estudos do Caminho de Peabiru. **Revista ANGEPEG**, v.5, p.86-105, 2009.

CRUZ, L. A. S. Vestígios arqueológicos são resgatados na Usina Mauá. **Copel Informações**. n. 299. Disponível em: [Copel Informações | Vestígios arqueológicos são resgatados na Usina Mauá](#). Acesso em: 02 de jul 2024.

CUSTÓDIO, L. A. B. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 2. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 201.00. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/>. Acesso em: 19 de set de 2024.

DUBY, G. **Atlas Histórico Mundial**. Madri: Editorial Debate, 1987. Disponível em: <https://archive.org/details/atlas-historico-mundial-georges-duby/page/n1/mode/2up?view=theater> . Acesso em: 06 de jun. 2024.

FOGOLARI, P. E. **Relatório final de pesquisa: levantamento arqueológico sistemático prospectivo e salvamento arqueológico na usina hidrelétrica de Mauá-PR**. Habitus Assessoria e Consultoria LTDA. 2013.

FREITAS, T. M. A educação para o Patrimônio Cultural como estratégia de desenvolvimento local. **Revista Ágora**. Universidade de Santa Cruz do Sul. v.17, n.2 p. 32-41, 2015.

GUEDES, M. J. As bandeiras ignoraram o Tratado de Tordesilhas e ampliaram o espaço geográfico brasileiro. **Nação e Defesa**. n° 70, p. 61-87, 1994.

IAT. Mapeamento Geológico. 2006. Disponível em: [Mapeamento Geológico | Instituto Água e Terra](#) . Acesso em: 19 de out de 2024.

IBGE. Evolução da divisão político-administrativa, Capitânicas Hereditárias. In: Atlas Geográfico Escolar. Disponível em:

<https://atlasescolar.ibge.gov.br/brasil/3035-federacao-e-territorio/evolucao-da-divisao-politico-administrativa.html>. Acesso em 06 de jun. 2024.

IPARDES. Caderno estatístico do município do Ortigueira. Instituto Paranaense de desenvolvimento social e econômico. 2024.

IPHAN. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento** – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. Brasília, 2008.

IPHAN. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. IPHAN. Disponível em: [SICC \(iphan.gov.br\)](http://sicc.iphan.gov.br). Acesso em: 18 de set de 2024.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. Municípios e Saneamento. 2019. Disponível em: [O saneamento em ORTIGUEIRA | PR | Municípios e Saneamento | Instituto Água e Saneamento](#). Acesso em: 19 de out de 2024.

ISA. **Terra Indígena de Queimadas**. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: [Terra Indígena Queimadas | Terras Indígenas no Brasil \(terrasindigenas.org.br\)](http://terrasindigenas.org.br). Acesso em 10 de set 2024.

LOZANO. P. **Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay**. Madri: Imprenta de la Viuda de Manuel Fernandez, 1754.

MAACK, R. **Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Paranaense Curitiba, 1950. Escala 1:750.000.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 4. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

MARTONI, M, R. **Caminhos Redescobertos: O Potencial Turístico das Rotas do Sul**. 2005. Dissertação de mestrado - UEL. Londrina, 2005.

MONTOYA, A. R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

MONTOYA. A. R. **Conqvista espiritval hecha por los religiosos de la compañía de lesvs, en las provincias del Paraguay, Parana, Vruguy y Tape**. Madri:Imprenta del Reyno, 1639. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1867/bndigital. Acesso em: 11 de mar. 2024.

MOREIRA, A; BUGALLO, A; ALBUQUERQUE, C. Tratado de Tordesilhas de junho de 1494. **Legado Político do Ocidente**. São Paulo, 1978.

MURTA, S. M; ALBANO, C. **Interpretar o Patrimônio - Um Exercício do Olhar**. Belo Horizonte: UFGM, 2002.

NIGRO, C. Patrimônio, Cultura e Território Urbano. **Boletim Paulista de Geografia**.

São Paulo, n.78, p. 45-76, 2017.

NÓBREGA, M. **Cartas do Brasil, de padre Manoel da Nobrega (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Impressão Nacional, 1886. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or90414/or90414.pdf. Acesso em: 11 de mar. 2024.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas, 1872-2000. **Revista USP**. São Paulo, n.44, p. 218-269. 2000.

OLIVEIRA, O. **Índios e Jesuítas no Guairá: A Redução como Espaço de Reinterpretação Cultural (século XVII)**. 2003. Tese de Doutorado - UNESP, São Paulo, 2003.

PALACIOS, J. C. **Venimos de pueblos incendiados**. Montevideu: Torre del Vigía, 2018.

PALACIOS, S; ZOFFOLI E. **Gloria tragedia misiones guaraníes. Historia de las reducciones jesuíticas durante los siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata**. Espanha: Mensajero, 1990.

PARELLADA, C. I. Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632) / FÊNIX-PR. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n°5, p.51-61, 1995.

PARELLADA, C. I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

PARELLADA, C. I. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista Memore**, Tubarão, v. 1, p. 24-42. 2013.

PARELLADA, C. I. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. **Revista Museu de Arqueologia e Etnologia**. n°27, p.158-167, 2016. Disponível em: [Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil | Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia \(usp.br\)](http://Paisagens%20transformadas%3A%20a%20arqueologia%20de%20povos%20J%EA%20no%20Paran%EA%20sul%20do%20Brasil%20|%20Revista%20do%20Museu%20de%20Arqueologia%20e%20Etnologia%20(usp.br)). Acesso em: 11 de jul 2024.

PARELLADA, C. I. **Missões Jesuíticas, cidades espanholas e aldeias indígenas no Guaira (1610-1631), América do Sul**: Territórios e espaços transformados. In: FLECK, D. E.C; ROGGE, J. H. A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 329-357.

PARELLADA, C. I. Arqueologia do Peabiru: entrelaçando caminhos e conflitos. **Revista Habitus**. Goiás, v. 19, n° 2, p. 276-301, Ago/Dez 2021.

PASTELLS. P. P. R. **Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia e Brasil)**. Madrid: Libreria General de Victoriano Suaréz, 1912. Disponível em: [Historia de la Compañia de Jesús en la provincia del Paraguay \(Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y](http://Historia%20de%20la%20Compa%20a%20de%20Jes%20s%20en%20la%20provincia%20del%20Paraguay%20(Argentina,%20Paraguay,%20Uruguay,%20Per%20u,%20Bolivia%20y)

[Brasil\) según los documentos originales del Archivo General de Indias : Archivo General de Indias : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#) . Acesso em: 27 de set de 2024.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Editora UNB: Brasília, 1992.

SCHALLENBERGER, E. **A Integração do prata no sistema colonial colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá**. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SIMONETTI C. B. *et al.* Morfologia das Reduções Jesuítas: A Reconstrução Virtual de Santa Maria Mayor. **Revista Pleiade**. Foz do Iguaçu. n.17 p. 66-79, 2023.

TAPAJÓS, V. **História da América**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 1968.

UNESCO. **Qhapaq Ñan, Andean Road System**. UNESCO, World Heritage. 2014. Disponível em: [Qhapaq Ñan, Andean Road System - UNESCO World Heritage Centre](#). Acesso em: 15 de fev 2024.

UNESCO. **Incense Route - Desert Cities in the Negev**. UNESCO, World Heritage Convention. 2005. Disponível em: [Incense Route - Desert Cities in the Negev - UNESCO World Heritage Centre](#). Acesso em: 10 de jun 2024.

UNESCO. **Routes of Santiago de Compostela: Camino Francés and Routes of Northern Spain**. UNESCO World Heritage Convention. 1993. Disponível em: [Routes of Santiago de Compostela: Camino Francés and Routes of Northern Spain - UNESCO World Heritage Centre](#). Acesso em: 10 de jun 2024.

VIEIRA, F. M. **A colonização no Guairá (1554-1632) e suas relações com o sistema econômico colonial**. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso - UNICAMP, Campinas, 1995.